



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2025

O BRASIL É DOS
POVOS ORIGINARIOS

NADA SOBRE
O CLIMA SEM AS
MULHERES NEGRAS

50 ANOS
CESE
EM DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
OCTUBRONIA

Sumário..... Pág 02
 Lista de Siglas..... Pág 03
 Que é a CESE..... Pág 04
 Nossa Missão..... Pág 04
 Quem faz a CESE?.. Pág 05
 Equipe Executiva.... Pág 06
 Introdução..... Pág 07
 Palavra da Diretoria..Pág 08

I - Retratos de um Brasil em disputa: crise estrutural e a resistência da vida em 2025.... Pág 10

II. ECUMENISMO E DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO..... Pág 17
 2.1 - Tapiri Ecumênico e Inter-religioso - TOCANTINS Pág 20
 2.2 - Tapiri Ecumênico e Inter-religioso - ACRE..... Pág 21
 2.3 - Tapiri Ecumênico e Inter-religioso - PARÁ..... Pág 22
 2.4 - Cúpula dos Povos - COP30..... Pág 23
 2.5 - Ações Locais..... Pág 24
 2.6 - Campanha Primavera para a Vida (PPV) Pág 25

III - APOIO A PROJETOS..... Pág 26
 3.1 - Programa de Pequenos Projetos - PPP..... Pág 27
 3.2 - Programa de Dupla Participação - PDP..... Pág 31
 3.3 - Edital “Sementes Ancestrais, Futuros Possíveis”.. Pág 32
 3.4 - Projeto Dabucury..... Pág 33
 3.5 - Projeto Otun..... Pág 36
 3.6 - Projeto Patak Maymu..... Pág 39
 3.7 - Visita a Projetos..... Pág 41

IV. - FORMAÇÕES..... Pág 42
 4.1 - Formações Externas..... Pág 43
 4.2 - Participação em outros processos formativos ... Pág 45
 4.3 - Formações Internas..... Pág 48

V. DIÁLOGO, ARTICULAÇÃO E INCIDÊNCIA..... Pág 49
 5.1 – Interações com movimentos sociais..... Pág 50
 5.2 – Espaços Ecumênicos..... Pág 54
 5.3 - Agências, Institutos e Fundações..... Pág 55
 5.4 - Redes e Organizações Parceiras..... Pág 56
 5.5 - Espaços de formulação de políticas públicas.... Pág 57

VI. GOVERNANÇA E GESTÃO..... Pág 58
 6.1 - Diretoria Institucional..... Pág 59
 6.2 - Assembleia..... Pág 60
 6.1 - Comitê Externo, PMA e RH..... Pág 61

VII. COMUNICAÇÃO..... Pág 62
 7.1 - Indicadores de comunicação digital..... Pág 65
 7.2 - Parcerias com veículos de comunicação..... Pág 66
 7.3 - Publicações e vídeos..... Pág 67

VIII. MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS..... Pág 69
 IX. DIMENSÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA..... Pág 72
 X. Perspectivas 2026.....Pág 81
 XI. Considerações Finais..... Pág 83



Lista de siglas

ABONG: Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
 ACT: Aliança Conjunta de Igrejas (Action by Churches Together)
 ANA: Articulação Nacional de Agroecologia
 ANMIGA: Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade
 BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
 CAPA: Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia
 CEAQ-BA: Conselho Estadual das Comunidades Quilombolas da Bahia
 CEAS: Centro de Estudos e Ação Social
 CEBI: Centro de Estudos Bíblicos
 CEBRI: Centro Brasileiro de Relações Internacionais
 CEE: Comunidade Econômica Europeia
 CESEEP: Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular
 CID: Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
 COMIN: Conselho de Missão entre Povos Indígenas
 CONFOCO-BA: Conselho de Fomento e Colaboração do Estado da Bahia
 CONIC: Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil
 CONSEA: Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
 COP: Conferência das Partes (Convenção-Quadro da ONU sobre Mudanças Climáticas)
 CPP: Conselho Pastoral dos Pescadores
 CPT: Comissão Pastoral da Terra
 EUA: Estados Unidos da América
 FBSP: Fórum Brasileiro de Segurança Pública
 FLD: Fundação Luterana de Diaconia
 FPC: Fundo de Promoção da Cidadania
 FPP: Fórum de Políticas Públicas
 FSM: Fórum Social Mundial
 HEKS: Hilfswerk der Evangelischen Kirchen Schweiz (Serviço das Igrejas Evangélicas da Suíça)
 IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
 INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
 ISA: Instituto Socioambiental
 MDH: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
 MLB: Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas
 MMC: Movimento de Mulheres Camponesas
 MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
 OMS: Organização Mundial da Saúde
 ONG: Organização Não Governamental
 PAD: Processo de Articulação e Diálogo
 PDDU: Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
 PDL: Projeto de Decreto Legislativo
 PDP: Programa de Dupla Participação
 PGE: Procuradoria Geral do Estado
 PGTA: Plano de Gestão Territorial e Ambiental
 PGTI: Plano de Gestão Territorial Indígena
 PL: Projeto de Lei
 PNGATI: Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas
 PPP: Programa de Pequenos Projetos
 PPV: Primavera para a Vida
 RESEX: Reserva Extrativista
 SAEB: Secretaria de Administração do Estado da Bahia
 SDR: Secretaria de Desenvolvimento Rural da Bahia
 SERIN: Secretaria de Relações Institucionais da Bahia
 TI: Território/Terra Indígena
 UEMA: Universidade Estadual do Maranhão
 UMIAB: União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira
 USAID: Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional



Quem é a CESE



A Coordenadoria Ecumênica de Serviço - CESE é uma organização composta por seis igrejas cristãs, fundada em 1973 para ser uma expressão do compromisso ecumênico em defesa dos direitos humanos.



As igrejas que formam a CESE são: Aliança de Batistas do Brasil; CNBB/Igreja Católica Apostólica Romana; Igreja Episcopal Anglicana do Brasil; Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil; Igreja Presbiteriana Independente do Brasil; Igreja Presbiteriana Unida do Brasil.



Todas elas assumem representações na Diretoria Institucional, e no Conselho Fiscal, compartilhando valores e princípios que norteiam nossa ação.



Nossa Missão

"Fortalecer movimentos sociais, movimentos ecumênicos e inter-religiosos, grupos populares e outras organizações, empenhados nas lutas por transformações políticas, econômicas, sociais e ambientais que conduzam a estruturas em que prevaleça democracia com justiça na perspectiva dos direitos humanos e da integridade da casa comum."



Quem faz a CESE



Aliança
de Batistas
do Brasil

A CESE adota um modelo de governança baseado na identidade ecumênica e na gestão democrática, estruturado para garantir que as igrejas fundadoras tenham voz nas decisões estratégicas.

O modelo é composto por uma Assembleia Geral (instância máxima), uma Diretoria Institucional (que define as diretrizes políticas), um Conselho Fiscal e uma Equipe Executiva (responsável pela implementação técnica e administrativa).

A gestão é orientada por Políticas Institucionais (equidade de gênero e raça, justiça sociambiental, formação, privacidade e comunicação), Políticas Referenciais (Direito à terra, água e território, Direito à identidade na diversidade, Direito à cidade e Direito a trabalho e renda) e pelo código de conduta, buscando o fortalecimento dos direitos humanos através de uma estrutura que equilibra a representação institucional com a eficiência operacional.

A seguir, você poderá identificar que instituições e pessoas integram esses espaços de governança e gestão da instituição:



Diretoria Institucional

A diretoria é composta por representantes de diferentes denominações religiosas cristãs:

Presidenta

Presbítera Anita Sue Wright Torres (IPU)

Segundo Secretário

Padre Marcus Barbosa Guimarães (CNBB/ICAR)

Vice Presidente

Pastor Renato Küntzer (IECLB)

Primeiro Tesoureiro

Bispo João Cândio Peixoto Filho (IEAB)

Primeira Secretária

Sra. Gilvaneide José dos Santos (ABB)

Segunda Tesoureira

Presbítera Eleni Rodrigues Mender Rangel (IPIB)

Conselho Fiscal

Pastor Sidney Retz (IECLB)
Bispa Magda Guedes Pereira (IEAB)
Pastora Camila Leite Oliver (ABB)
Sra. Maria Della Giustina (Suplente)

Diretoria Institucional e
Conselho Fiscal



Equipe Executiva

A equipe técnica que coordena e executa as atividades da CESE é apresentada no quadro abaixo, considerando todas as pessoas que a integraram ao longo de 2025, independente de eventuais encerramentos de contratos ou novas contratações durante o ano.

Integrantes

Direção Executiva

Sônia Gomes Mota

Secretaria Geral

Ester Borges; Tamires Ventura; Antônia Soares.

Setor de Comunicação

Patrícia Gordano (coordenação); Marília Pinto; Luana Luizy[1]; Beatriz Tuxá; Lucas Nascimento; Tarcilo Candido Santana e Antonio Marinho.

Setor de Projetos e Formação

Dimas Galvão (coordenação); Marcella Gomez[2]; Bianca Daébs; Olga Matos; Rosana Fernandes; Vanessa Pugliesi; Vinícius Benites Alves; Carlos Eduardo Chaves; Lucyvanda Moura, Tifane Araújo e Rochele Fiorini.

Secretaria de Projetos

Juçara Ferreira, Lúcia Ferreira e Antônio Carlos Leite Neto[3].

Setor Administrativo e Financeiro

Daniel Musse Pereira (coordenação); Antônio Pereira; Gilberto Oliveira; Gael Ferreira; César Augusto Ferreira dos Santos; Renato Rebouças; Débora Carvalho Ferreira; Kátia Castilho; Mônica Sanches; Darlan Oliveira; Edijane Silva; César Augusto Ferreira dos Santos; Eraldo Café Lessa; Antônio Carlos Souza e Vitor Deiró[4].

A CESE também conta com um Comitê Externo voluntário, instituído em 2025 para acompanhar as análises do Programa de Pequenos Projetos, composto por 5 membros rotativos: Cláudio Márcio Rebouças, Luana Almeida, Isabel Modercin, Henrique Peregrino e Lucy Luz. **A este comitê, nosso agradecimento pelo importante trabalho que realiza.**

[1] Luana Luizy integrou a equipe CESE até maio/25 [2] Marcella Gomez assumiu a coordenação em abril/26, durante a elaboração deste relatório. [3] Antonio Carlos Leite - Estagiário [4] Vitor Deiró - contratado em janeiro de 2026.



INTRODUÇÃO

Este relatório apresenta a atuação da Coordenadoria Ecumênica de Serviço - CESE, ao longo de 2025, um período marcado por intensos desafios conjunturais no Brasil e no mundo, mas também pela reafirmação do compromisso institucional com a defesa dos direitos humanos, a democracia, a justiça climática e o enfrentamento ao racismo em suas múltiplas expressões.

Mesmo em um cenário de avanço de forças conservadoras, desencadeadoras de significativos retrocessos legislativos, como a aprovação do Projeto de lei 2159/2021, também conhecido como "PL da Devastação", a CESE fortaleceu sua rede de apoio a movimentos sociais e comunidades tradicionais em todo território nacional, como poderá ser visto ao longo do relatório.

Através do Programa de Pequenos Projetos - PPP e de iniciativas estratégicas como os Projetos Dabucury, Otun e Patak Maymu, a organização viabilizou o suporte a centenas de coletivos, com destaque para o protagonismo de mulheres e juventudes negras e indígenas. A atuação ecumênica e o diálogo inter-religioso seguiram como pilares fundamentais, culminando em uma participação histórica na 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima - COP 30, em Belém, PA, onde a CESE ampliou as vozes dos territórios para o debate global sobre o clima.

Este documento sistematiza os dados de apoio a projetos, as formações realizadas, as agendas de incidência política e os esforços de gestão e comunicação que sustentaram a missão da CESE em 2025, tendo como coluna vertebral os valores do ecumenismo e os princípios de promoção e defesa dos direitos humanos para todas as pessoas.

Boa leitura!



PALAVRA DA DIRETORIA

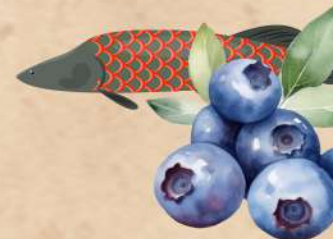
“Não há nada porque não dizer que alguma estrada começa aqui.

Não há, por exemplo, não querer tomá-la sob os passos e seguir sua estranha vocação, sem verso reto e preciso sobre a areia.

Uma estrada se começa por pensar-se como ela de seguir e seguir-se na esperança, numa pura espera de chegar ao ponto em que outra estrada recomeça essa mesma aventura de partir.”

Carlos R. Brandão





Ao encerrar mais um ciclo, sabemos que temos muito a agradecer a Deus, à diretoria institucional e toda a equipe de trabalho da CESE, aos parceiros/as por mais um ano de muito trabalho.

Continuamos nosso trabalho de espalhar sementes de esperança em cada projeto aprovado, cada ação implementada, cada formação oferecida, com nossas igrejas constituintes, agências e fundações nos apoiando.

Estamos usando a Estrada como metáfora do trabalho da CESE neste ano que passou.

Este ano foi um ano de muitas caminhadas, em estradas velhas, estradas novas, estradas sinuosas e às vezes com muitas pedras no meio do caminho, e nossos passos migraram e se ampliaram para uma estrada numa região que nos convidava e desafiava: Amazônia Legal.

Nossos projetos ganharam nomes indígenas e africanos como DABUCURI (Gestão Territorial e Ambiental na Amazônia Indígena), que traz em si o JENIPAPO e o URUCUM, bem como a PATAK MAYMU (A voz da Natureza), onde é estimulada a autonomia e participação das mulheres indígenas da Amazônia e do Cerrado na defesa de seus direitos, OTUM (direitos, em iorubá).

Os TAPIRIS ecumênicos aconteceram e nos mostraram a importância do diálogo, escuta, acolhimento e aprendizado com a sabedoria vinda da ancestralidade.

Estivemos presentes na COP 30, em Belém do Pará, com nosso Tapiri Ecumênico e Inter-religioso, onde a diversidade esteve presente, acolhendo representações e ouvindo as pessoas que são protagonistas de sua história, compartilhando sua visão de mundo e ações para que este mundo seja melhor, com respeito à natureza, ao meio ambiente, buscando uma convivência saudável com a nossa Casa Comum.

E na caminhada da CESE pelas estradas das Organizações e Movimentos Sociais, calçamos as sandálias da parceria. Parceria Institucional com as Igrejas que compõem a CESE, parceria econômica com as organizações financiadoras, parceria com os movimentos sociais, parceria com a leitura de conjuntura brasileira vinda do chão onde pisam os envolvidos as pessoas envolvidas nos projetos por nós apoiados, parceria na luta por direitos, parceria no esperar de um mundo melhor, mais digno e justo, onde a paz pode ser sonhada, a solidariedade compartilhada, o respeito e diálogo estejam presentes em nosso cotidiano, com resiliência para contornar quaisquer obstáculos ou pedras no caminho.

AFINAL, “SE CAMINHAR É
PRECISO, CAMINHAREMOS
UNIDOS/AS ... EM ESPERANÇA
SOLIDÁRIA.”



I - RETRATOS DE UM BRASIL EM DISPUTA: CRISE ESTRUTURAL E A RESISTÊNCIA DA VIDA EM 2025





I - RETRATOS DE UM BRASIL EM DISPUTA: CRISE ESTRUTURAL E A RESISTÊNCIA DA VIDA EM 2025

O cenário político e social brasileiro em 2025 consolidou-se como um campo de batalha decisivo entre a vida e o capital, marcado por uma dualidade que traz de um lado o avanço institucional do Estado de Direito e de outro o acirramento de violências sistêmicas que atingem corpos e territórios mais vulnerabilizados.

A condenação histórica do ex-presidente da república (2019 /2022) e de seus aliados, pela tentativa de golpe de Estado, somada às sentenças contra as pessoas envolvidas nos ataques de 8 de janeiro de 2023, foram passos fundamentais à reafirmação da democracia. Contudo, essa vitória jurídica convive com uma reorganização estratégica das forças conservadoras que, visando as eleições de 2026, mantêm o controle de pautas regressivas no legislativo e buscam ampliar sua influência territorial.



Projeto apoiado pela CESE

A desconexão entre a representação política e as necessidades sociais se manifesta de forma aguda no Congresso Nacional, que funciona muitas vezes como um ambiente de eco para o desmonte de direitos.

A tramitação do chamado "PL da Devastação", que institui o autolicenciamento ambiental para empreendimentos de médio porte, e a aprovação em regime de urgência da PDL 3/2025 — que ameaça o acesso ao aborto legal para crianças e adolescentes vítimas de estupro — revelam uma ofensiva deliberada contra a proteção socioambiental e contra os direitos reprodutivos, respectivamente.



Tal postura é agravada pela liberação recorde de 912 novos registros de agrotóxicos, evidenciando uma lógica que prioriza o lucro em detrimento da segurança alimentar e nutricional, da saúde pública e do equilíbrio ambiental.



No campo, a realidade denunciada pela Comissão Pastoral da Terra - CPT e pelo Conselho Indigenista Missionário - CIMI expõe a face colonial de um Estado que trata seus territórios como mercadoria.

A ofensiva sobre terras ancestrais, impulsionada pela tese do Marco Temporal, não é apenas um conflito jurídico, mas uma estratégia de expropriação que ignora a autodeterminação dos povos originários.

Essa conjuntura de violência é alimentada pela insuficiência do Governo Federal na titulação de territórios quilombolas e na demarcação de terras indígenas, o que acaba por legitimar ameaças de morte contra aqueles que praticam a agroecologia como forma de resistência contra hegemônica e protegem a sociobiodiversidade brasileira. Ao mesmo tempo, o país enfrenta indicadores alarmantes de violência de gênero, com recordes históricos de feminicídios que atingem majoritariamente mulheres negras e periféricas.

Só em 2025, o Brasil alcançou o maior índice de feminicídios desde o início da vigência da Lei 13.104/15, que reconhece o feminicídio como crime hediondo e amplia sua pena.

Foram registradas **1.568 vítimas fatais**, ou seja: um aumento de 4,7% em relação a 2024 e uma média trágica de **quatro mulheres mortas por dia**, conforme apontam os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública-FBSP e pelo Monitor da Violência. Um cenário agravado pelo fato de que **62,6% eram mulheres negras** e a maioria foi assassinada por parceiros ou ex-parceiros. Enquanto o total de feminicídios e as 6.904 tentativas registradas, evidenciam a gravidade da violência sistêmica no país[6], São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro lideraram os números absolutos, mas a maior taxa de mortalidade por 100 mil habitantes concentrou-se em estados como Acre e Mato Grosso[5].

Quanto às expressões do racismo, indicadores oficiais revelam a persistência de fissuras de desigualdades profundas e uma ampliação nas denúncias de violência racial, com a população negra representando a ampla maioria das vítimas de mortes violentas intencionais e compondo o maior percentual de pessoas abaixo da linha da pobreza[6].

[5] Segundo relatórios do Laboratório de Estudos de Feminicídio (Lesfem) e da Agência Brasil. Dados reafirmados por balanços recentes do Ministério da Justiça e Segurança Pública e do Senado Federal.
[6] segundo o IBGE





Por outro lado, ao reconhecer o crescimento expressivo no registro de crimes de racismo e injúria racial[7] em 2025, é importante não desperdiçar a reflexão quanto a uma possível ampliação de denúncia, o que implicitamente se relaciona à maior consciência de direitos por parte da população negra e à sensibilização para a importância das denúncias.

Em um olhar dirigido ao racismo religioso, dados do Disque 100[8] e do jornal Alma Preta mostram que as **denúncias cresceram 12,2%** entre 2025 e o início de 2026, totalizando 389 registros oficiais de violações graves. Relatórios da Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras - RENAFRO e da Agência Brasil indicam que as **religiões de matriz africana** são manifestações de fé **mais vulnerabilizadas** por esses ataques, evidenciando que a intolerância no país é seletiva e estrutural. A **Umbanda com 228 registros, seguida pelo Candomblé com 161 casos**. Essa expressão de violência opera como uma ferramenta de apagamento da herança ancestral negra[9], manifestando-se tanto em agressões verbais quanto na destruição física de terreiros e na perseguição sistemática de lideranças religiosas em territórios vulneráveis, configurando-se como crimes de ódio que ultrapassam a barreira da ofensa para se consolidarem como tentativas de aniquilação espiritual e cultural.



TAPIRI ECUMÊNICO E INTER-RELIGIOSO Acre



TAPIRI ECUMÊNICO E INTER-RELIGIOSO Tocantins



[7] segundo o IBGE

[8] De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública e dados do Ministério da Igualdade Racial

[9] Ministério dos Direitos Humanos [Conforme documentado pelo Relatório sobre Intolerância Religiosa no Brasil e por levantamentos do Ministério da Justiça



Já o cenário internacional foi marcado por uma ruptura sistêmica no multilateralismo após o retorno de Donald Trump à presidência da república do EUA em 2025. Dentre as muitas estratégias de dominação americana, a política "America First" resultou no congelamento de operações da USAID e na retirada dos EUA de órgãos como a OMS e o Acordo de Paris, fragilizando a cooperação com a Europa, que agora busca maior autonomia estratégica.

No Oriente Médio, embora acordos como o cessar-fogo em Gaza[10] tenham ocorrido, a presença militar americana saltou para cerca de 40.000 efetivos ano passado.

Para países do chamado Sul Global, o CEBRI e a RENAFRO observam que este vácuo de cooperação tradicional impulsiona a busca por parcerias Sul-Sul e o fortalecimento do BRICS, visando contrabalançar a volatilidade das potências do

Norte Global e proteger soberanias nacionais contra a redução de ajuda humanitária. Como consequência direta da crise internacional, conforme apontado no parágrafo anterior, a cooperação internacional passa por um momento de transição onde a pauta ambiental corre o risco de ser esvaziada de seu conteúdo social em prol de mecanismos de mercado. Para instituições que partilham dos valores da solidariedade e do ecumenismo comprometido, a resposta reside no fortalecimento da autonomia e na construção de alternativas.

A sustentabilidade para além da manutenção financeira e material dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil, mas considerando sobretudo a capacidade de manter a radicalidade na defesa dos direitos humanos, garantindo que o apoio internacional sirva ao propósito de transformar as estruturas históricas que geram desigualdade e opressão no Brasil.

[10] Referência a outubro/2025

II Marcha das Mulheres Negras - Brasília





Apesar desses desafios, 2025 trouxe marcos normativos de esperança através da agenda climática e da mobilização popular. O Conama aprovou a resolução 26.916/2025, estabelecendo as primeiras diretrizes nacionais para que o enfrentamento ao racismo ambiental e a justiça climática orientem políticas públicas, reconhecendo o impacto desproporcional da crise sobre grupos vulnerabilizados.

Esta perspectiva foi reforçada por uma decisão histórica da Corte Interamericana de Direitos Humanos, vinculando a responsabilidade estatal no enfrentamento da crise ambiental aos direitos humanos.

A força social culminou na II Marcha das Mulheres Negras e na realização da COP 30 em Belém, evento que consolidou a Amazônia como o centro global das discussões sobre sustentabilidade e governança, evidenciando o potencial articulador e mobilizador da sociedade civil em ambas as agendas, que ocorreram paralelamente em novembro de 2025, e que contou com ampla mobilização da CESE e suas parceiras, como será detalhado ao longo desse documento.

TAPIRI ECUMÊNICO E INTER-RELIGIOSO - PARÁ



MARCHA PELO CLIMA - PARÁ - COP30



ATL - Brasília



II Marcha das Mulheres Negras - Brasília





Formação em Comunicação
Projeto Doar para Transformar / Pernambuco

Enquanto o sistema capitalista segue mercantilizando territórios e corpos, a criatividade popular responde evocando sua autonomia, com práticas como o fortalecimento da agroecologia, a defesa intransigente da sociobiodiversidade e a ocupação política de espaços globais, expressas em agendas como a COP 30 e a II Marcha das Mulheres Negras.

A CESE, em 2025, seguiu atuando como ponte de solidariedade e suporte estratégico, fortalecendo a autonomia de grupos que transformam dor em resistência, e exclusão em caminhos para a transformação da realidade, e a justiça climática e combate ao racismo ambiental.

A sinergia entre o apoio institucional e o pulsar das bases demonstra que a sociedade civil possui profunda capacidade de resiliência, sendo capaz de manter viva a radicalidade dos direitos humanos, provando que a verdadeira sustentabilidade reside na preservação das heranças ancestrais e na construção coletiva de um futuro em que a vida, em todas as suas formas, esteja na centralidade dos valores.



Tapiri Ecumênico e Inter-religioso
Saída para a Barqueata na Cúpula dos Povos - COP30 - Pará



II. ECUMENISMO E DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO



II. ECUMENISMO E DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO

Olhar para a dimensão do Ecumenismo e do Diálogo Inter-religioso e sua relação com os direitos humanos dentro do fazer da CESE significa evidenciar a concretude de sua missão institucional a partir de sua prática. Nesse sentido, essa análise se conecta e demonstra que a CESE não apenas executa projetos, mas constrói uma visão política onde a fé é indissociável da justiça social, que lança luz sobre como a articulação ecumênica é capaz de mobilizar recursos e gerar visibilidade a pautas como a reforma agrária e a justiça climática, especialmente em um ano estratégico como foi 2025. A relação entre Direitos Humanos e Diálogo Inter-religioso em 2025 atuou como um escudo de proteção territorial, onde o ecumenismo serviu, também, por exemplo, para validar e proteger a luta pela terra.



Semana pela Unidade Cristã - SOUC



Missão Ecumênica em Tocantins



Roda de Diálogo em Pernambuco sobre Fundamentalismos



A presença de lideranças religiosas em comunidades como o **Quilombo Rio Preto** e a **Resex Chico Mendes** transformou a defesa do território em um imperativo ético e sagrado, conferindo uma camada extra de legitimidade às denúncias contra conflitos agrários. Essa atuação demonstra que, para a CESE, a fé é uma ferramenta de sobrevivência e proteção para os povos tradicionais. Além disso, a ação institucional de 2025 marcou um posicionamento contundente contra o uso da religião como ferramenta de exclusão, enfrentando diretamente os fundamentalismos e o racismo religioso. Iniciativas como o **Dia do Ubuntu** e o apoio a terreiros de Umbanda reforçaram que o diálogo inter-religioso é a base fundamental para garantir a laicidade do Estado e o respeito às diferentes manifestações de fé e de diversidade cultural.

Ao associar a espiritualidade à memória e à justiça, a CESE combate interpretações religiosas que tentam silenciar a defesa dos direitos fundamentais, conectando a prática de fé à luta histórica por dignidade.

CELEBRAÇÃO ECUMÊNICA E INTER-RELIGIOSA NO TAPIRI PARÁ

CESE / CEBIC no DIA DO UBUNTU



Terreiro Ilê Axé Omo Loira Silé / TAPIRI TOCANTINS

Em termos de agenda ecumênica a atuação da CESE ao longo de 2025 foi intensa, abrangendo desde a participação em seminários sobre fundamentalismo religioso, até a entrega de um documento com clamores pela emergência climática à Ministra do Meio Ambiente Marina Silva, em preparação a COP30, elaborado por lideranças religiosas de toda a América Latina e Caribe, vinculadas a ACT Alliance, Conselho Mundial de Igrejas e Aliança Anglicana.

2.1. TAPIRIS ECUMÊNICOS



TOCANTINS

Olhar para a dimensão do Ecumenismo e do Diálogo Inter-religioso e sua relação com os direitos humanos dentro do fazer da CESE significa evidenciar a concretude de sua missão institucional a partir de sua prática. Nesse sentido, essa análise se conecta na direção das práticas já consolidadas pela ação da CESE, a realização dos Tapiris Ecumênicos e Inter-religiosos seguiu consolidando-se como iniciativa itinerante fundamental na Amazônia Legal, completando trajetórias por nove estados desde seu início em 2022, visando denunciar os impactos dos fundamentalismos e do racismo religioso. Em 2025 foram realizadas três edições marcantes, que passaram pelos estados do Tocantins, Acre e Pará.

No Tocantins, a atividade ocorreu em Palmas em março, integrando a **6ª Missão Ecumênica**, com foco na **Comunidade Quilombola Rio Preto**. O encontro reuniu cerca de 50 pessoas, incluindo movimentos populares e igrejas, culminando em uma visita ao território quilombola em Lagoa do Tocantins, e em uma posterior nota de repúdio às violações de direitos enfrentadas por aquela comunidade. O Tapiri também realizou a visita inter-religiosa no **Terreiro Ilê Axé Omo Loira Silé - Mãe Isa**, em Taquaralto.



QUILOMBO RIO PRETO - TOCANTINS



Em julho, o Tapiri chegou ao Acre, promovendo um diálogo diverso entre grupos populares, quilombolas, indígenas, juventudes e órgãos públicos como o Ministério Público e a Defensoria Estadual. A programação incluiu uma visita inter-religiosa à **Tenda de Umbanda Luz da Vida**, visando o combate direto ao racismo religioso, e uma imersão na **Reserva Extrativista Chico Mendes**, em Xapuri. Na ocasião, a roda de conversa com o seringueiro "Raimundão", primo de Chico Mendes, reforçou a urgência da defesa da floresta e o histórico de luta contra as violações de direitos dos extrativistas.





PARÁ



A edição de 2025 ampliou o escopo para uma perspectiva global, trazendo vozes internacionais do Canadá, Nova Zelândia, Austrália e outros países da América Latina, em parceria com a Comunhão Anglicana, para dialogar com as realidades brasileiras, tendo como pano de fundo a COP30 e suas implicações para um futuro menos desigual e ambientalmente sustentável para todas as pessoas e ecossistemas.

Os seis dias de atividades incluíram exposição sobre a trajetória do TAPIRI, rodas de diálogo, mesas de debate, intervenções culturais, lançamento de publicações; participação do grupo em uma simbólica barqueata pelo Rio Guamá, participação na Marcha dos Povos pelo Clima, uma grande vigília em praça pública e uma celebração ecumênica e inter-religiosa que encerrou a programação.

Cerca de 1.000 pessoas passaram pelo espaço Tapiri na Cúpula dos Povos, levando e deixando palavras de fé, justiça, resistência e esperança.

Toda programação foi exibida ao vivo pelo YouTube da CESE.



2.2 CÚPULA DOS POVOS - COP30

A participação da CESE na COP 30 se deu tanto a partir da liderança de processos, como o TAPIRI citado acima, quanto apoiando iniciativas de organizações e articulações aliadas. Nesse sentido, foi possível contribuir para o posicionamento da justiça climática como parte de um dever espiritual.

A presença da **CESE na Zona Azul** [11] da COP e a entrega de documentos oficiais ao Governo Federal mostraram que o diálogo inter-religioso é uma rede de cooperação poderosa, capaz de pautar soluções para a crise ambiental a partir das experiências do Sul Global.



[11] Zona Azul (Blue Zone): Espaço sob jurisdição da Organização das Nações Unidas (ONU). Tratou-se da área oficial de negociações interestaduais, acessível apenas a delegados credenciados (representantes de Estados-partes), chefes de Estado, observadores de organizações admitidas e imprensa técnica. Foi neste recinto que ocorreram as sessões plenárias, as reuniões dos grupos de trabalho e a definição dos acordos globais de implementação sobre a dimensão climática.



O compromisso com a justiça climática e com os direitos dos povos tradicionais transbordou as atividades do Tapiri, manifestando-se também em editais como o "Sementes Ancestrais, Futuros Possíveis" e em diversas rodas de conversa virtuais com mulheres indígenas e juventudes do Nordeste e do Cerrado.

Registramos ainda o fortalecimento da comunicação estratégica, por meio de "podcasts" dedicados aos sistemas alimentares e ao direito à água nas cidades, aspectos que serão mais bem detalhados em tópicos específicos, ao longo desse documento.

2.3 AS AÇÕES LOCAIS

A CESE esteve na Semana de Oração pela Unidade Cristã, em Salvador, presença que favoreceu o fortalecimento de parcerias locais, junto, por exemplo, ao Conselho Ecumênico Baiano de Igrejas Cristãs - CEBIC. Também com o CEBIC, Cáritas e CEBI-Ba promoveu uma **Roda de Conversa sobre Fraternidade e Ecologia Integral**, tema da Campanha da Fraternidade do ano. A roda contou com a mediação do Monge Biblista Marcelo Barros.

Foi possível também participar do **Dia do Ubuntu** e da **Celebração do Tempo da Criação**, reafirmando a solidariedade entre diferentes tradições de fé. Todas essas iniciativas convergiram a uma atuação que uniu fé, resistência e defesa da Casa Comum frente aos desafios atuais.

Por fim, visando fortalecer o vínculo orgânico com suas bases confessionais, a CESE realizou **visitas institucionais às sedes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB** e da **Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil - IECLB**, consolidando o diálogo direto e a articulação estratégica com suas Igrejas Membros.



ACIMA, RODA DE DIÁLOGO SOBRE O CLIMA E
ABAIXO, SEMANA DE ORAÇÃO PELA UNIDADE
CRSTÀ



ABAIXO, DIA DO UBUNTU / BAHIA E AO LADO, VISITA A CNBB



AO LADO, VISITA A IECLB

2.4 CAMPANHA PRIMAVERA PARA A VIDA / PPV



A PPV chegou à sua **25ª edição** em 2025 com o tema **“Mulheres de Fé, Guardiãs da Casa Comum”**, reafirmando o compromisso da CESE com as questões socioambientais e a interseccionalidade de gênero, a partir do lugar das mulheres. O lançamento reuniu representações de diversas igrejas, organismos ecumênicos e movimentos populares para debater como a crise climática impacta diretamente a vida das comunidades. Entre setembro e novembro, a Campanha promoveu uma intensa mobilização digital, compartilhando depoimentos e cards que deram visibilidade às resistências territoriais e ao protagonismo feminino na preservação dos ecossistemas.

Como parte central da estratégia pedagógica e celebrativa, foi lançada uma publicação que sistematizou reflexões bíblicas e experiências comunitárias de enfrentamento aos desafios ambientais. O material destaca histórias de mulheres e organizações que atuam na defesa da Casa Comum, servindo como ferramenta de formação para grupos de base em todo o país.

Ao articular espiritualidade e justiça climática, a campanha de 2025 consolidou-se como um espaço vital de denúncia contra o modelo de desenvolvimento predatório e de anúncio de novas formas de convivência sustentável.



LANÇAMENTO DA CAMPANHA PRIMAVERA PARA A VIDA NA CESE

III. APOIO A PROJETOS



Projeto "Mentia Hityiti: Coletivo de mulheres indígenas artistas do Povo Gavião Kyikatêjé", apoiado pelo Programa de Pequenos Projetos da CESE

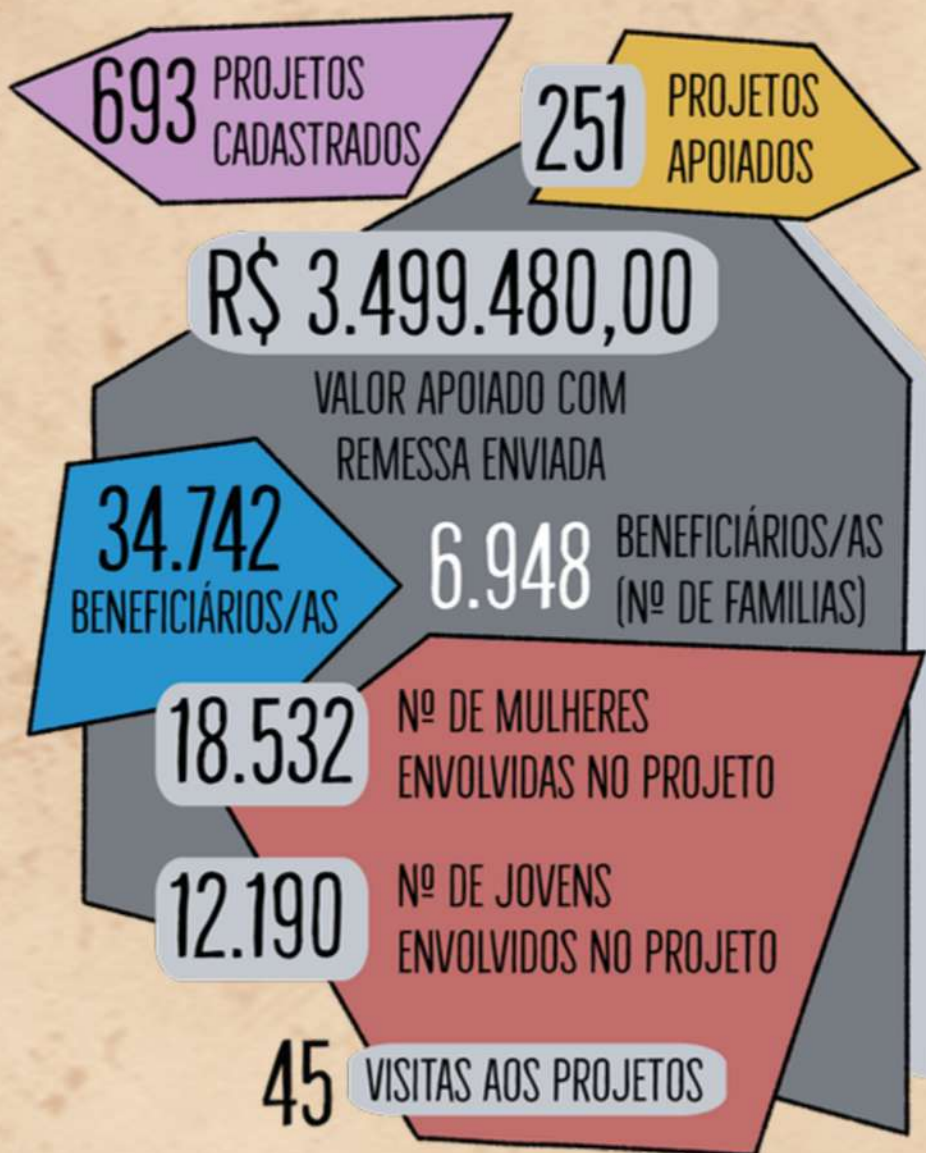




III. APOIO A PROJETOS

3.1 PROGRAMA DE PEQUENOS PROJETOS PPP

PROJETOS APOIADOS EM 2025



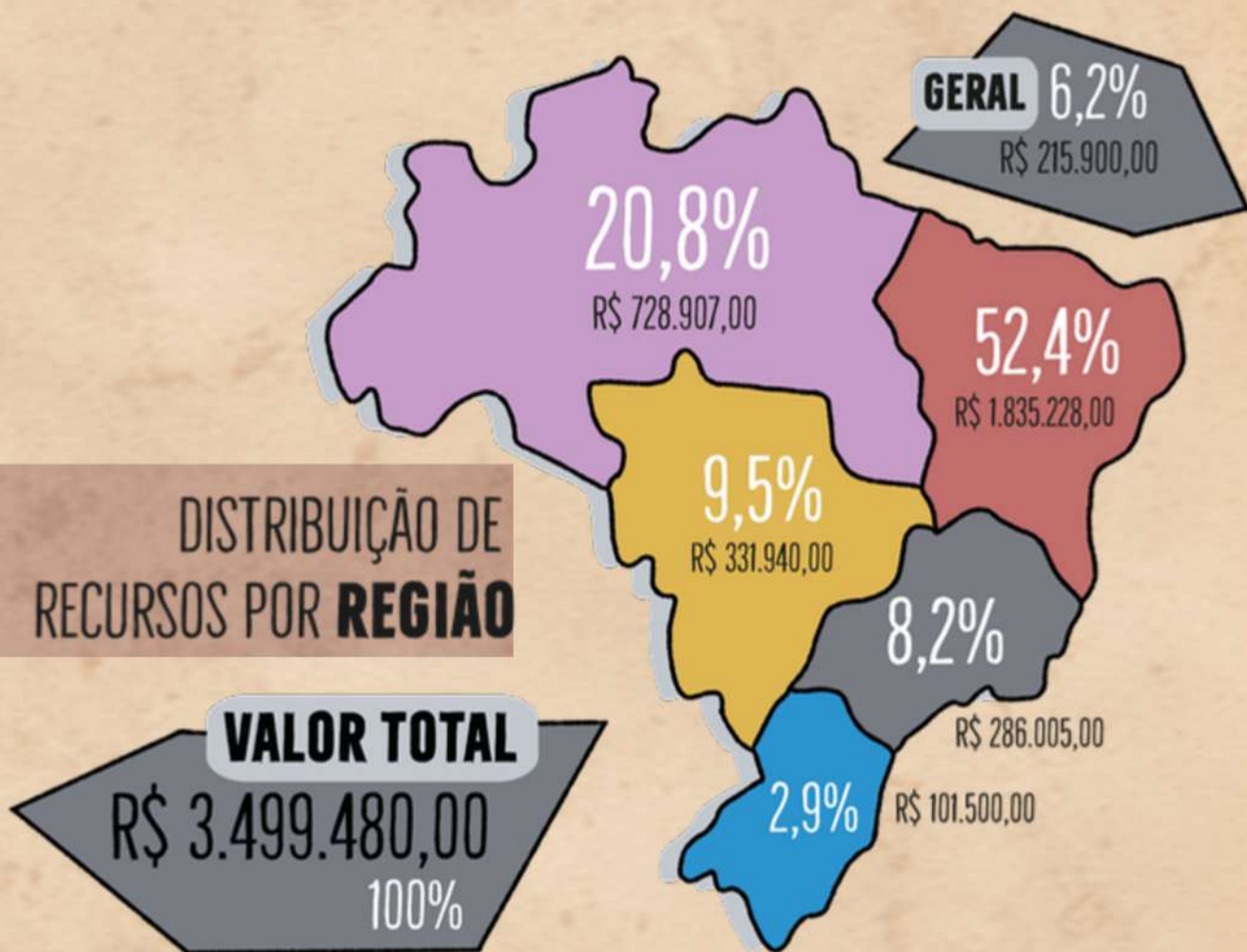
O Programa de Pequenos Projetos PPP é uma das principais estratégias de atuação institucional, à medida que oferece uma significativa contribuição ao fortalecimento de lutas sociais no Brasil, operando como um mecanismo de apoio financeiro às organizações populares, coletivos e movimentos sociais para a defesa de direitos.



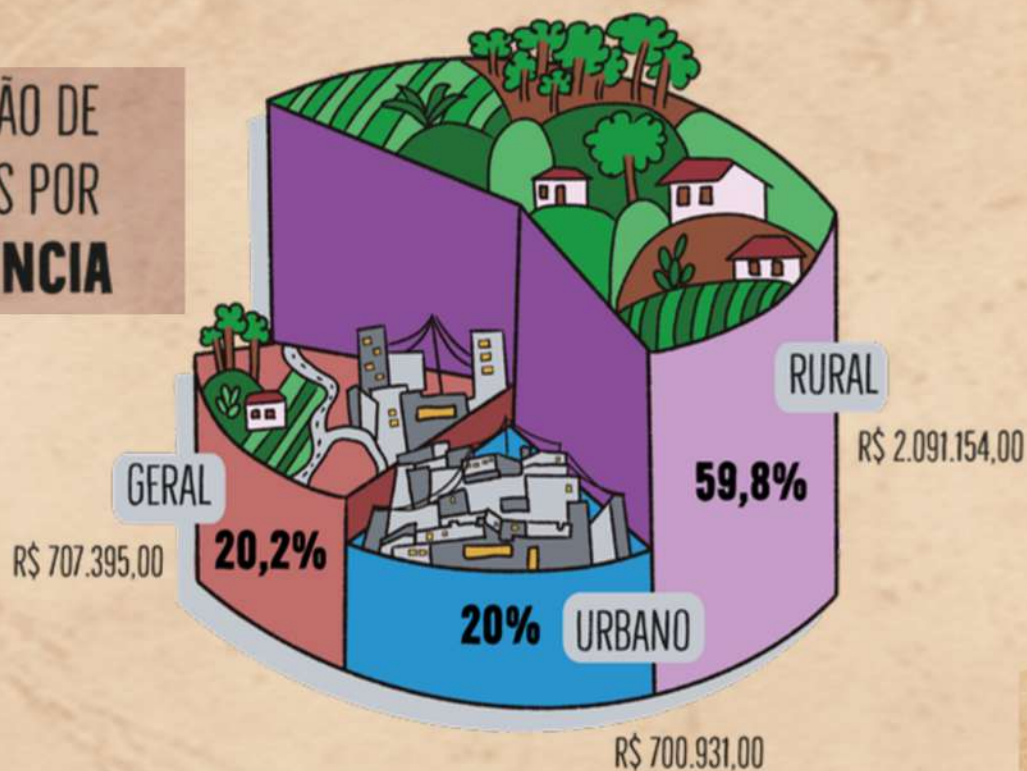
Em 2025, o PPP reafirmou sua vocação de suporte às lutas democráticas, processando uma demanda expressiva que reflete a vitalidade dos movimentos sociais no Brasil.

Nesse relatório explicitaremos o alcance quantitativo e geográfico do PPP em 2025, bem como o investimento direcionado a agendas específicas, que estiveram no cerne da atuação da sociedade civil este ano, evidenciando o impacto do programa na vida de milhares de pessoas e o foco estratégico na promoção da equidade de gênero e raça.

DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS POR **REGIÃO**



DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS POR **ABRANGÊNCIA**



DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS POR **SEGMENTO POPULACIONAL**

POPULAÇÃO NEGRA
R\$ 857.355,00 **24,5%**



MULHERES
R\$ 1.141.095,00
32,6%

POPULAÇÃO INDÍGENA
R\$ 569.387,00
16,3%

JUVENTUDE
R\$ 368.405,00
10,5%

Os dados apresentados nos dois últimos quadros demonstram que a eficácia do PPP reside na sua capilaridade.

O investimento de mais de R\$ 278 mil na Marcha das Mulheres Negras sublinha o compromisso político da CESE com o protagonismo dessa parcela da população e suas lutas, enquanto sujeito político na linha de frente das transformações democráticas do país.

PROJETOS APOIADOS NO ÂMBITO DO **JULHO DAS PRETAS, 20 DE NOVEMBRO** E NA **MARCHA DAS MULHERES NEGRAS**

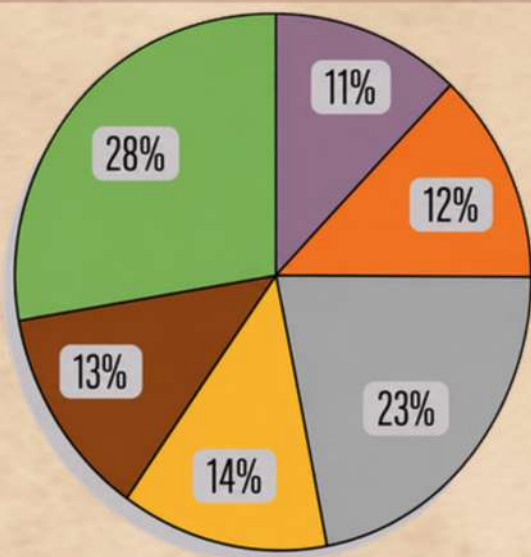
AGENDA	APOIADOS	VALOR (R\$)
JULHO DAS PRETAS	3	28.000,00
20 DE NOVEMBRO	5	64.000,00
MARCHA DAS MULHERES NEGRAS (PPP)	16	226.660,00
MARCHA DAS MULHERES NEGRAS (PDP)	8	61.983,00
TOTAL:	32	380.643,00



Outro dado que merece destaque refere-se à contribuição dos projetos apoiados para o fortalecimento das organizações na defesa de direitos.

A Pesquisa Anual do PPP — instrumento aplicado pela CESE junto aos grupos apoiados para verificar os efeitos dos apoios — revelou que 100% dos projetos realizaram ações de reivindicação voltadas ao acesso e/ou à ampliação de direitos. Vale destacar, ainda, que, em 2025, a pesquisa alcançou a maior participação dos últimos anos, com 48% de adesão, reforçando o compromisso dos grupos com a CESE e a importância desse processo de escuta.

Para atender que tipos de direitos?



- Produção, trabalho e renda
- Cultura
- Sociais/Identitários (LGBTQIAPN+, mulheres, pessoas negras, juventudes, populações tradicionais, povo de terreiro etc)
- Terra, água, território
- Socioambiental/Climático
- Outros

Assim, 2025 reafirma como as organizações populares e os movimentos sociais atuaram com diversidade de pautas e reivindicações por direitos, com destaque para temas como Terra, Água e Território (14%) e questões Socioambientais e Climáticas (13%), que vêm se destacando ao longo dos anos e tiveram expressão significativa nas demandas de 2025. Em tempos de agravamento dos desafios climáticos, torna-se cada vez mais urgente fortalecer estratégias que articulem justiça social e garantia de direitos, para enfrentar os impactos socioambientais e promover respostas mais sustentáveis e efetivas.

Os projetos apoiados também fortaleceram a capacidade de influência e incidência política dos grupos, ampliando sua presença em espaços de participação, diálogo e tomada de decisão. Como resultado, organizações e movimentos conseguiram formular mais propostas, reivindicar direitos e dialogar com o poder público e a sociedade de forma mais articulada e estratégica. Esse processo contribui para o fortalecimento da participação social e para a construção de transformações coletivas nos territórios.

O avanço nas dimensões de raça, etnia e gênero nas práticas institucionais das organizações apoiadas reflete como a incorporação dessas pautas se articula ao enfrentamento do racismo e das desigualdades de gênero, elementos estruturantes das injustiças sociais.

GÊNERO E RAÇA NAS ORGANIZAÇÕES

Em 2025:

- 9 em cada 10** organizações fortaleceram ações relacionadas à gênero
- 89%** avançaram na incorporação da dimensão étnico-racial.



3.2 - PROGRAMA DE DUPLA PARTICIPAÇÃO – PDP

O Programa de Dupla Participação é uma metodologia da CESE que incentiva movimentos sociais, organizações populares e comunidades de fé mobilizarem recursos localmente, somando seus recursos aos da própria CESE para apoiar suas iniciativas e projetos.

A metodologia consiste em que, para cada valor mobilizado por uma organização, a CESE dobra, resultando em maior impacto das ações porque amplia o leque de doações para o trabalho da organização e fortalece o compromisso de outras pessoas da comunidade com justiça social, defesa de direitos e promoção da vida digna

Ao aproximar doadores e iniciativas comunitárias, o programa cria uma rede solidária que multiplica recursos, vínculos e resultados, permitindo que pequenos gestos se transformem em mudanças concretas nos territórios. Essa mobilização de recursos locais se constitui como importante ferramenta, capaz de contribuir para a sustentabilidade e para o fortalecimento político das organizações em seus territórios.

Em 2025 o Programa de Dupla Participação - PDP apresentou resultados expressivos, com o apoio a 20 projetos. O investimento total da CESE nessa prática foi calculado proporcionalmente ao valor mobilizado pelos próprios grupos, e somou aproximadamente 160 mil reais.

Embora a maioria das iniciativas estivesse concentrada no Nordeste, o programa alcançou outras regiões do país, incluindo dois projetos na região Norte, um na região Sul e um no Centro-Oeste. Um ponto de destaque nesta modalidade foi o suporte a oito iniciativas para a realização da Marcha das Mulheres Negras.



3.3- Edital "Sementes Ancestrais, Futuros Possíveis: Mulheres e Juventudes por Justiça Socioambiental e Climática."

Ainda no campo das ações estratégicas, em 2025 foi lançado o edital "Sementes Ancestrais, Futuros Possíveis: Mulheres e Juventudes por Justiça Socioambiental e Climática", com foco em ações e mobilizações nos territórios, mas no contexto de reflexão e preparação da COP 30 e Cúpula dos Povos, que resultou no recebimento de cerca de 180 propostas, que refletem demonstrando a urgência da agenda climática nos territórios. **Foram selecionados 21 projetos distribuídos estrategicamente em áreas de alta vulnerabilidade, com forte presença nas regiões Norte e Nordeste, além do Centro-Oeste.**

A maioria das iniciativas apoiadas teve foco na Amazônia Legal, intensificando o compromisso da CESE com o fortalecimento do protagonismo de comunidades tradicionais, em especial mulheres e juventudes.

Com um investimento de aproximadamente **410 mil reais**, o edital tanto viabilizou ações concretas, quanto garantiu que as vozes protetoras dos biomas brasileiros ocupassem o centro dos debates globais sobre o futuro do planeta.





3.4 PROJETO DABUCURY

O Projeto Dabucury é uma iniciativa da CESE e da Coiab, com apoio do Fundo Amazônia/BNDES com a finalidade de viabilizar o acesso de organizações indígenas a recursos financeiros para seus projetos de gestão territorial e ambiental indígena, contribuindo assim para o avanço na implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas PNGATI.

O Dabucury também investe em formações, assessorias e editais que facilitam o acesso a outros recursos e estimulam a autonomia das comunidades na proteção de suas terras, a partir da atualização de seus Planos de Gestão Territorial Indígena (PGTI), além do fortalecimento de suas estruturas organizativas.

Na prática, o Dabucury aproxima saberes tradicionais e ferramentas de gestão, apoia iniciativas locais e contribui para que povos indígenas sejam protagonistas da sua história, tenham mais segurança no cuidado com seus territórios que lhes permitam criar melhores condições de enfrentar os desafios sociais, econômicos, ambientais e políticos da região.

'Nós somos muito gratos a CESE, COIAB e ao Fundo Amazônia por nos terem dado essa oportunidade, especialmente de mostrar a capacidade de gestão da associação, que é uma associação de fato indígena, de dentro da aldeia. Hoje podemos dizer que nós estamos construindo a nossa própria história, nós estamos mostrando que também somos capazes de fazer a gestão do nosso território, também nós somos capazes de ter uma associação legalmente construída, fortalecida.'

Josias Cebirop da Silva
Articulador Institucional da ASSIZA
Associação Indígena Zavidjaj Djiguhr
Rondonia



Associação Thutalinansu na Terra Indígena Tirecatinga /MT



1º Edital - Organizações Indígenas Apoiadas

AMAZONAS:

- Organização de Lideranças Indígenas Mura do Careiro da Várzea
- OPIAM - Organização dos Povos Indígenas do Alto Madeira
- Associação dos KAPI e das Lideranças Tradicionais Sateré-Mawê do Rio Andaraí
- Associação do Povo Indígena Tenharim Morógitá
- ASDEC - Associação de Desenvolvimento Comunitário do povo Marubo do alto rio Curuçá
- AMIARN - Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro
- Instituto Runyn Pupykary Yawanawá

ACRE:

- AMAAIAC - Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígena do Acre

RONDÔNIA:

- Associação Indígena Santo André - povo Oro Nao'
- ASSIZA - Associação Indígena Zavidaj Djiguhr

RORAIMA:

- Associação dos Povos Indígenas Wai Wai Xaary - APIWX

AMAPÁ:

- Conselho de Caciques dos Povos Indígenas de Oiapoque
- Awatac - Associação Wajápi Terra, Ambiente e Cultura

PARÁ:

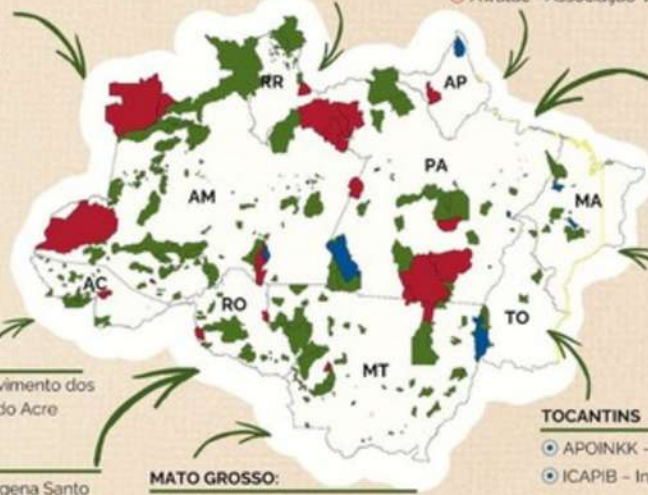
- Associação Indígena Kateiokuaré Parkatêjê
- CITA - Conselho Indígena Tapajós e Arapiuns
- ASERK - Associação Extrativista do Rio Kabitutu Wuyxaximã
- APITMA - Associação dos Povos Indígenas de Trombetas-Mapuera
- Ait - Associação Indígena Tato'a

MARANHÃO:

- Guerreiras da Floresta da Terra Indígena Caru
- Associação Comunitária Indígena Yrykaw
- Associação Comunitária Indígena Mituira

TOCANTINS:

- APOINKK - Associação do Povo indígena Krahô-Kanela
- ICAPIB - Instituto de Caciques e Povos indígenas da Ilha do Bananat



- TIs Amazônia Legal
- Limites Amazônia Legal
- Categoria Urucum
- Categoria Jenipapo

Realização



Apoio



1º Edital

28 Projetos apoiados
R\$ 9.237.786,69

Categoria Urucum

15 projetos
22 TIs - 35.095.090 hectares

Número de beneficiários:
8.807

Categoria Jenipapo

13 projetos
22 TIs - 5.045.358 hectares

44 Terras Indígenas
40.140.448 hectares

Mulheres:
3.917

Associação dos Povos Indígenas Wai Wai Xaary/RR



Ao longo de 2025, o Projeto Dabucury consolidou-se como peça-chave no fortalecimento das Organizações Indígenas.

Organização de Lideranças Indígenas Mura do Careiro da Várzea \ AM



O ciclo ofereceu suporte técnico às **28 organizações selecionadas no primeiro edital**, cujos projetos somam R\$ 9,2 milhões destinados à implementação de PGTA's.

Para viabilizar essa execução, foram realizados sete encontros formativos sobre gestão e contratos, além do lançamento de um **Guia de Gestão** e uma **websérie educativa**.



Roda de conversa sobre PGTAs com grupos apoiados pelo Projeto Dabucury, na TENDAda COIAB, durante o ATL de abril de 2025

A CESE também promoveu oficinas de comunicação para 49 lideranças indígenas e marcou presença estratégica no 21º Acampamento Terra Livre (ATL), debatendo salvaguardas e economia indígena. Para encerrar o ciclo, o projeto ampliou sua visibilidade internacional com a participação na COP30. O evento serviu como plataforma para o **lançamento do vídeo e da publicação intitulados "Projeto Dabucury: primeiras experiências"**, iniciativa que permitiu dar escala global aos resultados e impactos alcançados até o momento.



Roda de conversa "Territórios em Movimento – Experiências de Implementação de PGTAs e Fortalecimento da PNGATI na Amazônia Indígena", na casa IEB, durante a COP30

Paralelamente, o período foi marcado pelo lançamento de um novo edital, que resultou no recebimento de 45 propostas. Essas iniciativas abrangem uma vasta extensão de 52 milhões de hectares na Amazônia Legal e passaram pela avaliação do Comitê Gestor durante o mês de outubro.

Reunião do Comitê Gestor - Bahia





3.5 PROJETO OTUN

Quilombo Santiago, Mirinzal (MA)



O Projeto OTUN (2023-2025) é uma iniciativa desenvolvida conjuntamente pela CESE e pela CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, com o objetivo de **contribuir para o avanço da titulação das comunidades e territórios quilombolas, em conformidade com as legislações vigentes**. A iniciativa busca garantir a permanência e o bem-viver das famílias quilombolas, valorizando seus modos de saber e fazer, promovendo a proteção dos ecossistemas e fortalecendo a segurança jurídica nos estados do Maranhão, Tocantins e Bahia.

Por meio de encontros, formações e espaços de diálogo, o projeto promoveu a troca de saberes, o compartilhamento de experiências e a construção coletiva de estratégias para enfrentar desafios históricos, como a morosidade na regularização fundiária, os impactos do racismo estrutural e as ameaças socioambientais que afetam o modo de vida quilombola.

As atividades valorizaram a ancestralidade, o protagonismo das mulheres, a força das juventudes e a resistência que mantêm vivas as comunidades, criando um ambiente de articulação e esperança para avançar na garantia de direitos e na proteção dos territórios tradicionais.



Quilombo Entre Rios, Cururupu (MA)



Um marco desse período foi a oficina de regularização fundiária realizada na Comunidade Quilombola do Curalinho, na Bahia. Em parceria com a CONAQ e o CEAQ-BA, o encontro reuniu cerca de 55 pessoas para debater a conjuntura política, o orçamento público e os procedimentos jurídicos necessários para a garantia dos direitos de posse e propriedade. No Maranhão, as atividades de monitoramento e socialização ocorreram em maio, abrangendo os territórios de Entre Rios, Santiago e Engenho do Lago.

A agenda envolveu aproximadamente 85 pessoas de sete comunidades quilombolas e priorizou o fortalecimento institucional das associações locais. Durante os encontros, foram apresentadas as prévias dos Diagnósticos de Identificação e Reconhecimento do Território Quilombola (DIRTQ), elaborados em colaboração com a UEMA. Simultaneamente, em Tocantins, o mês de junho foi dedicado à apresentação de estudos técnicos para o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) das comunidades Baião e Prachata, em uma articulação que uniu a CESE, a COEQT e grupos de pesquisa universitários.



O encerramento do ciclo do projeto foi consolidado por meio das reuniões do Comitê Político Gestor e da realização do **Seminário Final, intitulado: "Partilhando Colheitas, Saberes e Trajetórias na Regularização Fundiária de Comunidades Quilombolas"**, que ocorreu em Salvador, BA, reunindo lideranças quilombolas de três estados (Maranhão, Bahia e Tocantins), representantes do INCRA, do Ministério Público Federal e de diversas instituições de pesquisa e parceiros financiadores. O seminário avaliou a estratégia dos 24 meses de atuação do projeto, destacando seu ineditismo metodológico e de gestão, além da qualidade técnica das peças elaboradas para a titulação das terras.

A relevância da iniciativa foi reafirmada como um passo decisivo para o avanço da agenda territorial no Brasil, fortalecendo a luta histórica dos quilombos pela propriedade de seus territórios. O projeto despediu-se de 2025 reafirmando a combinação entre formação política, apoio jurídico especializado e mecanismos de gestão compartilhada enquanto caminho para acelerar processos de regularização que historicamente permaneceram estagnados. Com a entrega dos estudos técnicos e a avaliação positiva dos parceiros, o Projeto Otun já aponta um legado de autonomia e organização para as comunidades envolvidas e para as lutas quilombolas.



Seminário "Partilhando colheitas, saberes e trajetórias na Regularização Fundiária de Comunidades Quilombolas"



Esse projeto foi muito importante para que a gente levasse as informações para os nossos territórios sobre a importância de avançar nessas peças, para que todos e todas pudessem entender o passo a passo da regularização fundiária, mas também foi muito importante que abriu possibilidade dentro do INCRA, através das negociações, para que não somente as peças dos laudos antropológicos fossem aceito, mas que também outras peças também que compõem o RTID pudessem ser aceita pelo INCRA, desde que passada pelo Crivo, legal do INCRA, sendo analisado, e que fosse construída essas peças por um profissional. Que tivesse seu cadastro vinculado ao UNCRA ou que tivesse dentro do CIGEF. Isso para nós foi um avanço muito importante. Foi fruto do processo da luta nossa e também em parceria com o Projeto OTUN junto com a CESE. //

Biko Rodrigues, coordenador executivo da CONAQ



3.6 PROJETO PATAK MAYMU



Projeto "Clima de ação: educação climática e incidência política para a proteção territorial" da Associação de Mulheres Indígenas Suraras do Tapajós, apoiado pelo PPP

O Projeto Patak Maymu (2023-2025), cujo nome significa A Voz da Natureza, teve o apoio da União Europeia e nasceu com a intenção de **fortalecer a autonomia e a participação das mulheres indígenas da Amazônia e do Cerrado na defesa de seus direitos**. Ao longo de 36 meses, o projeto promoveu formações, ações de comunicação e apoio direto a pequenos projetos, valorizando a diversidade das mulheres indígenas, incluindo juventudes e mulheres que vivem em contexto urbano. Em parceria com organizações como COIAB, UMIAB, Takiná, Kunhângue Aty Guasu e o Fundo Podáli.

O Patak Maymu, ao incentivar o protagonismo feminino nos territórios, ampliou capacidades de gestão e participação política e deu visibilidade às contribuições sociais, culturais e ambientais dessas mulheres, fortalecendo suas organizações e ampliando sua presença nos espaços de decisão.

A atuação do Projeto no último ano foi marcada pelo protagonismo feminino e pela ocupação de espaços estratégicos de decisão. No mês de abril, durante o ATL, o projeto marcou presença na assembleia eletiva da UMIAB e lançou o Mapeamento de Comunicadoras Indígenas na tenda da ANMIGA.

Esse movimento de visibilidade foi reforçado pela criação de uma série em vídeo e uma página/portal com todas as ações do projeto, dedicada ao protagonismo das mulheres indígenas, destacando como elas têm assumido lideranças fundamentais dentro das ações do projeto e em suas comunidades.

Projeto "Gamu Kabadani Hida Mulheres Paumari" apoiado pelo Programa de Pequenos Projetos



O segundo semestre, foi marcado por várias atividades de diálogo, articulação e formações, detalhadas no capítulo formações deste relatório.

O fortalecimento dessas redes continuou de forma presencial, com a realização do II Encontro Inter-Regional Patak Maymu, que reuniu representantes de 19 povos da Amazônia e do Cerrado para trocar saberes e traçar estratégias de incidência política.

A força coletiva do movimento foi consolidada com a participação na **IV Marcha das Mulheres Indígenas e na I Conferência Nacional das Mulheres Indígenas**, em Brasília. Esses eventos foram cruciais para o debate sobre políticas públicas, direitos coletivos e equidade de gênero.

O projeto realizou seu encontro nacional de encerramento e avaliação, reunindo mulheres indígenas de 14 povos da Amazônia e do Cerrado, um momento de celebração e projeção de novos caminhos.

Na COP 30 aconteceu o **lançamento da publicação e do vídeo "Rio de Memórias - Sistematização do projeto Patak Maymu"**, registrando o legado de lutas e conquistas das mulheres indígenas ao longo da trajetória do projeto.



Lançamento do livro e da publicação:
"Rio de Memórias" na COP 30

3.7 Visitas a Projetos

Uma prática relevante da CESE que se manteve presente em 2025 no marco do apoio aos projetos, em todas as suas linhas de atuação, foram as visitas realizadas pela equipe executiva de assessoria da CESE a diferentes iniciativas apoiadas.

Estas seguem se apresentando como um momento essencial para aproximar ainda mais a organização das comunidades organizações, coletivos e movimentos sociais que ela fortalece.

Estar presencialmente nos territórios permite compreender de perto os desafios, as conquistas e as soluções criadas pelas próprias organizações a partir de seus projetos, além de oferecer um acompanhamento mais humano, atento e coerente com a missão da CESE. Essas visitas também ajudam a qualificar o apoio técnico, fortalecer vínculos, identificar aprendizados, assegurando que cada iniciativa apoiada espelhe as realidades e prioridades de quem está na linha de frente da defesa de direitos.

Mais do que uma etapa de monitoramento, são encontros que renovam o compromisso da CESE com o trabalho de base e com a construção coletiva de justiça social no país.



“Nosso território está cercado por grandes plantações, mas nós resistimos. As mulheres do Tirecatinga mantêm viva nossa cultura, nossos alimentos e nossos saberes. É uma luta diária para existir, e o apoio da CESE e da Coiab nos dá força para continuar com dignidade e esperança”.

Cleide Terena, da Associação Thutalinansu Mulheres, Território e Resistência: Associação Thutalinansu na Terra Indígena Tirecatinga (MT)



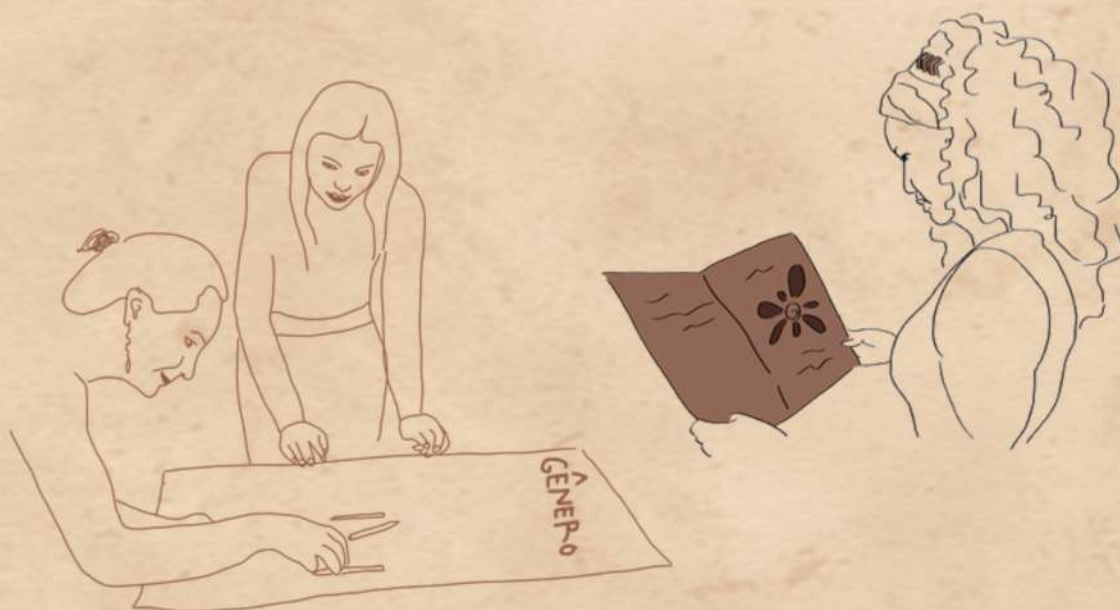
“O apoio recebido pela CESE cumpriu um papel central para a realização dessas atividades do projeto. A partir dele asseguramos a alimentação dos participantes, a logística de transporte para as atividades no Instituto Federal de Brasília (IFB) e no território Kalunga. Além disso, foi possível garantir uma infraestrutura básica que irá ajudar a ampliar a produção de bioinsumos no território Kalunga, fortalecendo o desenvolvimento de uma agricultura sem agrotóxicos.”

Eduardo Theodoro, do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA/ DF)

“Graças ao projeto apoiado pela CESE, hoje temos um espaço seguro e inclusivo para os membros da nossa comunidade compartilharem suas histórias e experiências. Esse memorial representa a resistência do nosso povo e a continuidade das nossas tradições.”

Marinete Xakriabá, da Associação Indígena Xakriabá Aldeia Riacho dos Buritis e Adjacências (Aixarba / MG)





IV. FORMAÇÕES



Formação em comunicação
"Mulheres do Nordeste com a Boca no Mundo"

IV. FORMAÇÕES



4.1 FORMAÇÕES EXTERNAS

As atividades de formação da CESE em 2025 consolidaram espaços de resistência, aprendizado técnico e político, conectando pautas rurais e urbanas em todo o Brasil. No primeiro semestre, a **Roda de Conversa "Sistemas Alimentares e Antirracismo"**, realizada em Cuiabá e no ambiente virtual, promoveu a troca de saberes sobre soberania alimentar e agroecologia entre povos tradicionais do Cerrado. Este ciclo foi marcado pelo lançamento da publicação: "O Esperançar dos Povos", que sistematizou reflexões de 53 movimentos populares de todos os estados brasileiros, reforçando o compromisso com a comida sem veneno e a espiritualidade nos territórios.

A **"Roda de Saberes Mulheres do Cerrado"** (em parceria com a Articulação de Mulheres do Cerrado) e a oficina **"Mulheres do Nordeste com a Boca no Mundo"** (em parceria com a organização pernambucana SOS Corpo - Instituto Feminista para a Cidadania) foram iniciativas que aprofundaram debates sobre clima, comunicação estratégica e construção de resistências coletivas.



Rodas de Conversa "Sistemas Alimentares e Antirracismo" ibirapitanga



Facilitação gráfica da roda de diálogo: soberania alimentar e agroecologia entre povos tradicionais do Cerrado



Formação em Mobilização de Recursos -
Programa Virando o Jogo

A sustentabilidade das organizações também foi priorizada por meio de processos contínuos de capacitação. Ao longo do ano, foram realizadas seis oficinas virtuais focadas em Boas Práticas de Gestão e elaboração de relatórios da CESE, atendendo aos diversos grupos apoiados no PPP. Além disso, em maio, a CESE promoveu em Recife um curso de mobilização de recursos para lideranças religiosas e comunitárias, acompanhado da atualização de guias técnicos e da websérie "Mobilizar recursos para fortalecer a luta". Essas ações visaram fortalecer as capacidades humanas, financeiras e simbólicas de igrejas e grupos de base para garantir a longevidade de suas lutas.



Paralelamente, o curso de incidência política para grupos urbanos conectou organizações do Nordeste em pautas como direito à cidade e justiça socioambiental.

A **roda de conversa virtual sobre acessibilidade**, em parceria com o Movimento Brasileiro de Mulheres Cegas e com Baixa Visão (MBMC), desafiou o capacitismo estrutural e debateu o papel de liderança de mulheres com deficiência.



Formação em Incidência Política com grupos urbanos apoiados por Misereor. Metodologia Programa Virando o Jogo



CA ENTRE NÓS RODA DE DIÁLOGO COM JUVENTUDES DO NORDESTE

JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL, CLIMÁTICA E RESISTÊNCIAS EM TERRITÓRIOS DO CAMPO E DA CIDADE

FORA PAZEM AMBIENTAL!

CESE | Misereor | Brot

As juventudes também ocuparam o centro das discussões na **Roda de diálogo virtual "Cá entre Nós"**, onde jovens do campo e da cidade denunciaram desigualdades históricas associada às questões climáticas, e apontaram a urgência da justiça socioambiental e climática com pauta de direitos. Esses momentos reafirmaram a CESE como uma plataforma de articulação política onde a diversidade de vozes é o motor para a transformação social.



II Encontro Inter-regional Patak Maymu

A formação política e o debate sobre a crise ambiental ganharam escala no âmbito do Projeto Patak Maymu: foram **encontros virtuais e presenciais** que conectaram mulheres indígenas de diversos estados da Amazônia e Cerrado para dialogar sobre **justiça climática e resistência ancestral**, analisando os impactos diretos das mudanças ambientais em seus territórios originários.



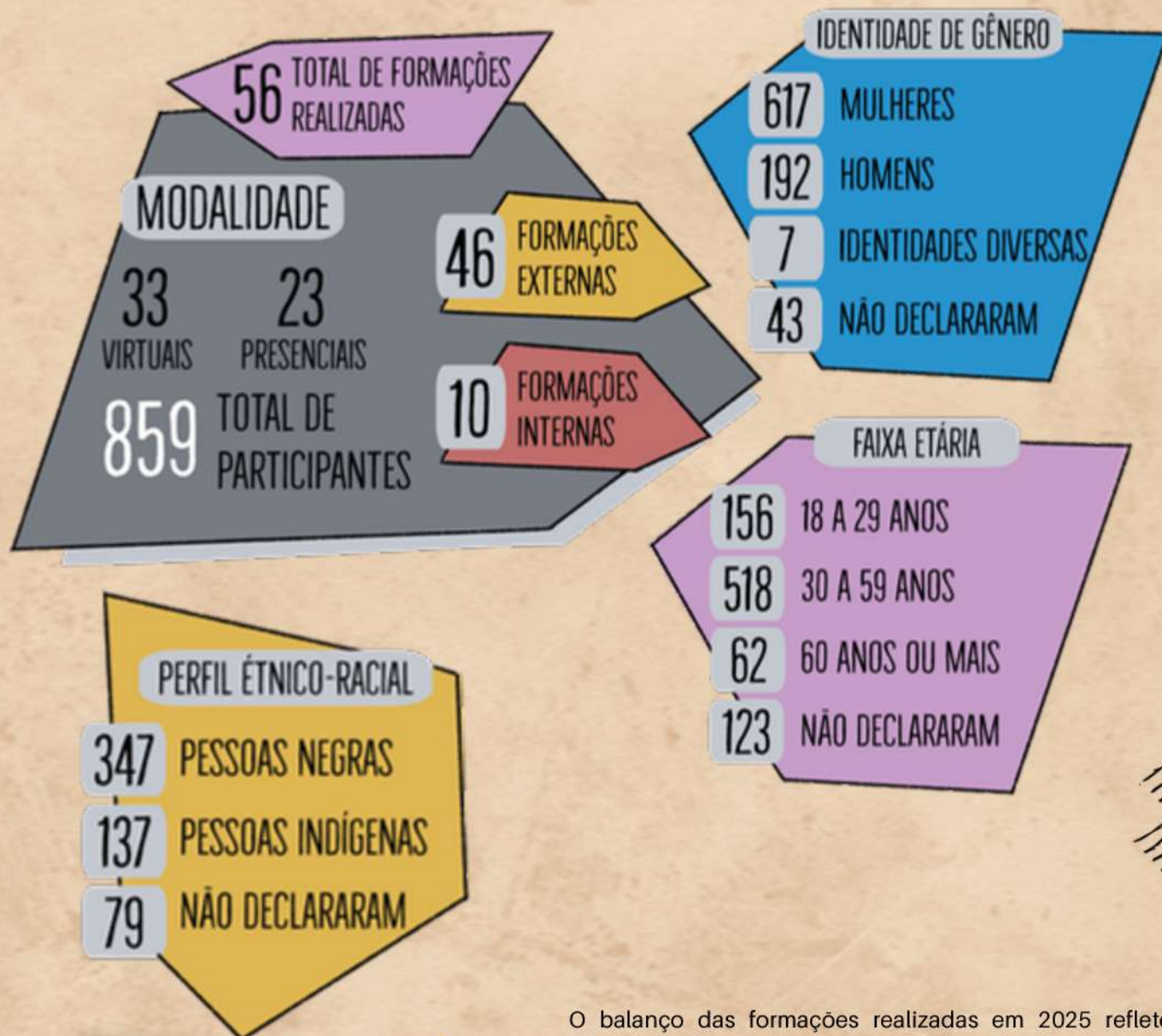
Encontro de Encerramento do Projeto Patak Maymu

4.2 PARTICIPAÇÃO DA CESE EM OUTROS PROCESSOS FORMATIVOS

No âmbito da Aliança Virando o Jogo, liderada pela Agência Wilde Ganzen, a CESE contribuiu para webinários e debates globais sobre sustentabilidade e o futuro da sociedade civil. No webinário **"Diferentes Experiências de Mobilização de Recursos Locais: Vozes do Sul"**, apresentou seu modelo de atuação, compartilhando estratégias locais de mobilização de recursos e a experiência do Programa Dupla Participação.

Em outra frente de diálogo internacional, a diretoria executiva representou o Brasil no webinar **"Diálogo Multilateral sobre a Reconfiguração da Cooperação Internacional"**. O evento, que reuniu vozes da Ásia, África e América Latina, discutiu como as mudanças nas prioridades dos financiadores externos impactam o Sul Global.





O balanço das formações realizadas em 2025 reflete a prioridade institucional da CESE no fortalecimento de capacidades de grupos historicamente vulnerabilizados, evidenciada pelo expressivo protagonismo feminino, que representa cerca de 72% do público total, e pela expressiva participação de pessoas negras e indígenas, que juntas compõem a maioria absoluta dos participantes identificados.

A predominância de atividades na modalidade virtual, correspondendo a aproximadamente 59% das ações, demonstra uma estratégia eficaz de capilaridade geográfica para alcançar diferentes territórios do país, enquanto a concentração do público na faixa etária de 30 a 59 anos aponta para o fortalecimento de lideranças que já se encontram em pleno exercício de suas atividades comunitárias e políticas, consolidando as formações como um instrumento vital para a sustentabilidade da luta por direitos humanos e justiça socioambiental.

Formação em comunicação
 “Mulheres do Nordeste com a Boca no Mundo”
 no âmbito do Projeto Doar para Transformar



“O desafio que eu vejo daqui pra frente é a gente voltar para os nossos coletivos e trazer toda essa bagagem, compartilhar com quem ficou, com quem está esperando o resultado disso aí, e a gente aprofundar também com a questão climática e fazer essa interligação”.

Maria Raimunda da Silva Oliveira,
Coletivo Mulheres, Políticas Públicas e
Sociedade da Bahia

“Uma coisa muito interessante dessa formação, é que estamos aprendendo ainda, é a forma como fazer a incidência. Às vezes a gente tem o entendimento de que o poder público precisa intervir, mas a gente muitas vezes não sabe os melhores caminhos, e por isso a gente termina perdendo tempo. Às vezes até compromete a própria iniciativa por não saber chegar no lugar certo, com a linguagem certa, da maneira certa”.

Roberval Mesquita
Membro do Fórum Popular do Rio Tejió (FORTE)



4.3 FORMAÇÃO DE FORMADORES E FORMADORAS

O Encontro de Atualização do Curso de Formação de Formadores/as do Programa Virando o Jogo reuniu educadoras e educadores de Incidência Política e Mobilização de Recursos em um momento de reencontro, troca e fortalecimento coletivo. A atividade possibilitou revisitar aprendizados, compartilhar experiências desenvolvidas nos territórios e experimentar novas ferramentas pedagógicas, fortalecendo a rede construída ao longo dos processos formativos.



Formadores e formadoras do Programa Virando o Jogo

4.4 FORMAÇÕES INTERNAS

No início de 2025, a CESE priorizou o fortalecimento de sua estrutura ética e pedagógica por meio da retomada das discussões para a atualização de suas políticas institucionais. **Essas formações internas debruçaram-se sobre os pilares de Justiça Socioambiental e Climática, Gênero, Raça e Formação**, garantindo que as diretrizes da organização estejam alinhadas aos desafios contemporâneos.

Esse movimento de revisão política não foi apenas administrativo, mas um processo pedagógico coletivo que envolveu a equipe na reflexão sobre os valores que guiam a atuação da instituição.



Como parte desse amadurecimento interno, foi realizada uma **Oficina de Sensibilização sobre Povos Indígenas**, protagonizada por jovens profissionais indígenas da própria equipe. Esta atividade foi um marco institucional, servindo como o primeiro passo prático para a elaboração da Política de Etnia da CESE, reforçando o compromisso com o lugar de fala e o protagonismo dos povos originários dentro da estrutura organizacional.

Ao lado, Tifane Araújo, Beatriz Tuxá e Antonio Marinho na facilitação da Oficina sobre povos indígenas

Além disso, a organização promoveu espaços de nivelamento e troca de saberes técnicos e conceituais. Uma oficina dedicada ao **Ecumenismo e Diálogo Inter-religioso** foi oferecida tanto para novos colaboradores quanto para veteranos, reafirmando a identidade ecumênica da CESE como base de sua missão.



Oficinas internas com a equipe CESE e convidados/as

Complementarmente, a oficina intitulada **"Trocando Figurinhas"** permitiu que os/as profissionais envolvidos com os processos de formação compartilhassem metodologias e aprendizados práticos, qualificando as estratégias pedagógicas utilizadas pela instituição em suas diversas frentes de apoio aos movimentos sociais.

Obrigações tributárias, auditorias e boas práticas de gestão nas organizações da sociedade civil também foi um tema formativo do ano.



V. DIÁLOGO, ARTICULAÇÃO E INCIDÊNCIA



V. DIÁLOGO, ARTICULAÇÃO E INCIDÊNCIA

5.1 INTERAÇÕES COM MOVIMENTOS SOCIAIS

O diálogo permanente com articulações da sociedade civil locais, nacionais ou internacionais, além dos próprios movimentos sociais é uma parte central da identidade e da prática da CESE, porque é aí que a organização reconhece a força coletiva capaz de transformar realidades.

Escutar quem está atuando em diferentes territórios, construir agendas conjuntas e fortalecer espaços de articulação amplia a potência das lutas por direitos e garante que as ações da CESE estejam sempre conectadas às lutas por direitos.

Seja através de encontros formais ou informais, essas oportunidades contribuem com a identificação de desafios emergentes, alinhamento de estratégias e renovar o compromisso com a justiça social, valorizando a diversidade de vozes que compõem o campo popular.

Mais do que uma metodologia de trabalho, o diálogo é um princípio que sustenta a missão da CESE e reafirma sua aposta na construção coletiva de um país mais justo e democrático.

Congresso Nacional de Mulheres Camponesas (MMC). O evento reuniu em torno de 2.000 mulheres camponesas de 19 Estados diferentes, reforçando a pauta da soberania alimentar, das sementes, da luta contra a violência.



Representantes do FIRN
do Fundo Puxirum



II MARCHA DAS MULHERES NEGRAS

Nesta dinâmica de diálogo com os movimentos sociais, destaca-se o apoio à II Marcha de Mulheres Negras. Dez anos depois da primeira mobilização, cerca de 300 mil mulheres negras de todo o Brasil e de mais de 30 países participaram em Brasília, DF, da II Marcha Nacional das Mulheres Negras por Reparação e Bem Viver, realizada em 25 de novembro último. O momento histórico foi fruto de uma articulação nacional de três anos, que culminou na maior mobilização de mulheres negras da América Latina.

A CESE, além dos apoios gerados a partir do PPP, conforme já mencionado nesse relatório, também apoiou a ida das mulheres negras integrantes da sua equipe executiva e diretoria institucional, cuja síntese dos resultados está apresentada no quadro a seguir:

CATEGORIA	INICIATIVA / EVENTO	DETALHES E PARCERIAS
Redes Territoriais	Diálogo com Centro Akoni (MA)	Acompanhamento de perspectivas e ações para o ano de 2025.
Apoio Local	Atividades em Brasília	Foco na defesa de direitos de mulheres e meninas e no contexto local da Marcha.
Cultura e Memória	Exposição Luiza Bairros, Lançamento de livro (Rosane Borges) e Documentário Afrolatinas.	Exposição Luiza Bairros, Lançamento de livro (Rosane Borges) e Documentário Afrolatinas.
Comunicação e Narrativas	Podcast “Mulheres Negras em Marcha” e vídeo sobre a II Marcha.	Podcast “Mulheres Negras em Marcha” e vídeo sobre a II Marcha.



II MARCHA DAS MULHERES NEGRAS

As agendas assumidas pela CESE em 2025 demonstram uma forte presença da organização tanto em espaços institucionais de decisão, quanto em bases territoriais (quilombos, aldeias e comunidades pesqueiras). Houve uma nítida estratégia de conectar as lutas locais por soberania alimentar e território com a agenda global de incidência para a COP30.

Além disso, a CESE manteve a escuta ativa junto a movimentos sociais diversos, abordando desde a regularização fundiária e proteção de defensores de direitos até o enfrentamento direto ao capacitismo e às violências de gênero e raça. Essas articulações serviram de base para a construção das redes de solidariedade e para a definição de novas prioridades de apoio institucional.

EVENTO / INICIATIVA	ORGANIZAÇÕES ENVOLVIDAS	TEMAS CENTRAIS
Reunião de Gestão do PPP	FIRN e Fundo Puxirum	Gestão de projetos, material didático e boas práticas.
Reunião Ampliada da Campanha do Cerrado	Campanha Nacional em Defesa do Cerrado	Análise de conjuntura e Cerrado na COP30.
Diálogo sobre Assessoria Popular	Fórum de Asses. Técnica Popular do NE	Assessoria a movimentos urbanos e rurais no Nordeste.
Reunião Ampliada Agro é Fogo	Articulação Agro é Fogo e Ministérios	Incidência junto ao sistema de justiça e entrega de carta.
Seminário Pescadoras e Crise Climática	ANP, Escola das Águas e Fiocruz	Impactos climáticos nas águas e alianças para a COP30.
II Encontro de Mulheres Indígenas do Cerrado	Povos Xacriabá e redes parceiras	Território, água, identidade e direitos das mulheres.
Gira: Quilombando com as parceiras	CONAQ, MDH e Ministério das Mulheres	Planejamento anual, proteção de defensoras e políticas públicas.
Caminhada contra Intolerância Religiosa	Terreiro do Cobre	Combate à violência e ao racismo religioso.
Seminário Juventude quer Viver!	Campanha contra Violências / CESE	Enfrentamento à violência em territórios negros e populares.
Congresso Nacional de Mulheres Camponesas	MMC	Soberania alimentar e luta contra a violência LGBTQIAPN+.
Debate Plano Diretor de Salvador	Câmara Municipal / Movimentos Sociais	Impactos do novo PDDU nos direitos da população urbana.
Debate Impactos da Ponte Salvador-Itaparica	CEAS e Lideranças Locais	Consequências do projeto para a Ilha e Cidade Baixa.
Diálogos de Conjuntura e Perspectivas	MBMC, MLB e Casa Preta Zeferina	Acessibilidade, lutas urbanas e movimentos de mulheres.
Articulação Feminismo e Agroecologia	Rede Feminismo e Agroecologia do NE	Fortalecimento da rede regional e trocas virtuais.

O quadro acima apresenta de forma concreta, como a CESE tem conseguido ampliar seu potencial de articulação e incidência política ao participar de espaços diversos, com agendas complementares e parceiros estratégicos, revelando uma organização que circula com legitimidade entre movimentos sociais, articulações nacionais, universidades, comunidades tradicionais e até instâncias do poder público, sempre conectando temas estruturantes como direitos territoriais, justiça climática, soberania alimentar, lutas urbanas, proteção de defensoras e enfrentamento ao racismo religioso.





II Encontro de Mulheres Indígenas do Cerrado Baiano ao Norte Mineiro sobre Território, Água e Identidade: a luta das mulheres indígenas pelo Cerrado e seus direitos



Reunião ampliada da Articulação Agro é Fogo

Seminário crises climáticas e seus impactos na população das águas no Distrito de Acupe, com Articulação Nacional das Pescadoras, Escola das Águas e Fiocruz.



Caravana em Defesa das Populações de Fundo e Fecho de Pasto e Atingidas por Barragens na Região Oeste da Bahia, visando a incidência política junto ao poder público / Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Coletivo de Fundo e Fecho de Pasto da Bacia do Rio Corrente, com apoio da Associação de Advogados/as de Trabalhadores/as Rurais (AATR).



5.2 – ESPAÇOS ECUMÊNICOS

O **FEACT Brasil** é uma articulação formada por 23 organizações baseadas na fé, incluindo sete igrejas, que há 23 anos promovem iniciativas de incidência e cooperação ecumênica em defesa do Estado Democrático Laico e de Direito. O Fórum integra a Aliança ACT, uma coalizão global que reúne 151 organizações e igrejas atuantes em mais de 125 países.

Fragilizado diante da crise que o movimento ecumênico enfrenta, em 2025 sua Coordenação se reuniu para avaliar o percurso recente e traçar prioridades para o próximo biênio. O encontro contou com a participação de organizações como: CESE, Koinonia, FLD-COMIN-CAPA, Diaconia e CONIC, além de representantes de organizações convidadas parceiras: Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular - CESEEP, Coletivo Bereia, Plataforma de Articulação e Diálogo - PAD e Centro de Estudos Bíblicos - CEBI.

Nesse contexto, um dos principais desafios postos para a CESE é contribuir para que o histórico movimento ecumênico para a defesa de direitos continue sendo relevante, sobretudo em um momento de enfraquecimento do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs e do FEACT Brasil, face ao avanço dos fundamentalismos religiosos e políticos em todo o território nacional. Uma das formas de enfrentar esse desafio será fazer incidir para dentro das igrejas históricas onde as pautas fundamentalistas e da extrema-direita têm se propagado com maior facilidade. Reconhece-se, no entanto, o emergir de outros sujeitos no campo ecumênico que buscam se posicionar em defesa da democracia e com os quais a CESE tem buscado se aproximar e dialogar.



5.3 - AGÊNCIAS, INSTITUTOS E FUNDAÇÕES

Em 2025, a CESE fortaleceu o diálogo e a articulação com agências de cooperação, institutos e fundações. Ao longo do ano, participou de encontros, assembleias, fóruns de aprendizagem e processos de avaliação, consolidando relações institucionais e aprofundando parcerias estratégicas.

Esses espaços possibilitaram o intercâmbio de experiências entre organizações de diferentes territórios e países, além do debate sobre sustentabilidade institucional, mobilização de recursos, fortalecimento democrático, justiça climática e apoio às iniciativas comunitárias.

Em 2025, destacamos: Encontro de Fundos de Pequenos Projetos do Brasil apoiados por Pão para o Mundo, com participação de CESE, FLD, Fase-SAAP e Ação Educativa.

Participação no Encontro da Aliança Change the Game Academy - Gansos Selvagens, realizado em Uganda, reunindo representantes de 17 países, incluindo a Holanda, promotora da iniciativa.

Encontro em Uganda da Aliança Change the Game Academy



Visita do novo diretor de MISEREOR acompanhada da Coordenação do Escritório de Diálogo e Articulação de Misereor Brasil



O encontro teve como foco a avaliação das ações desenvolvidas pela Aliança ao longo de 2024 e a reflexão sobre os desafios para o fortalecimento da articulação internacional, especialmente nos campos da mobilização de recursos, marketing social, formação de lideranças e preparação de novos/as formadores/as.

A CESE também participou do **Encontro de Parceiros do GfC/Doar para Transformar na Tanzânia/Arusha**. A iniciativa teve como objetivo refletir sobre a jornada de 5 anos do programa; compartilhar lições, celebrar conquistas e desenvolver estratégias para futuras parcerias e colaboração.



Encontro de Parceiros do Doar para Transformar / Tanzânia

5.4 - REDES E ORGANIZAÇÕES PARCEIRAS

Plataforma de Articulação e Diálogo - PAD

Ao longo do período, a CESE fortaleceu sua atuação em diálogo e articulação com redes parceiras das quais integra, ampliando espaços de incidência, troca de experiências e construção coletiva de estratégias para a sustentabilidade das organizações da sociedade civil.

A CESE integra a Coordenação da Plataforma de Articulação e Diálogo - PAD, que se reuniu em duas ocasiões presencialmente para o monitoramento e ajustes necessários do planejamento - e uma reunião virtual. Este continua sendo um importante espaço de reflexão e incidência.



A dinâmica das mudanças que ocorreram no âmbito na cooperação internacional para o desenvolvimento - CID, motivou o PAD atualizar o estudo sobre as tendências da cooperação com a realização de uma Roda de Diálogo Internacional presencial observando as mudanças no âmbito a União Europeia, dos Estados Unidos, da China e das Fundações Privadas. Estas atividades tem contribuído para compreender as motivações e tendências das mudanças e seus impactos para as organizações da sociedade civil.

REDE COMUÁ - Como integrante da Rede Comuá, a CESE esteve presente na Assembleia Ordinária da rede, espaço de articulação entre fundos independentes e organizações parceiras para definição de prioridades estratégicas, debate sobre sustentabilidade institucional e fortalecimento da filantropia comunitária no Brasil.

A CESE também participou, por meio da Rede Comuá, da Assembleia do GIFE, realizada com o tema "Desconcentrar Poder, Conhecimento e Riquezas", o encontro favoreceu trocas de experiências, ampliação de diálogos institucionais e aproximação com organizações e financiadores. Integrou ainda o lançamento da Plataforma pelo Clima, iniciativa articulada pela Rede Comuá que reuniu mais de 200 pessoas inscritas e cerca de 120 participantes em debates e intercâmbios entre diferentes territórios, organizações e perspectivas, fortalecendo reflexões sobre justiça climática e ação coletiva.



5.5 – ESPAÇOS DE FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O **Conselho Estadual de Fomento e Colaboração (Confoco-Bahia)** consolida-se como um espaço vital de participação social, dedicado ao aprimoramento da legislação e das práticas governamentais no relacionamento com as Organizações da Sociedade Civil (OSCs). Ao longo de 2025, diversas iniciativas marcaram o protagonismo deste colegiado:

Modernização Normativa e Grupos de Trabalho: por meio da Resolução Confoco-BA nº 020/2025, foi instituído um Grupo de Trabalho (GT) estadual com a missão de estudar e propor atualizações ao Decreto nº 17.091/16. O objetivo central foi otimizar as relações de parceria entre o Estado e a sociedade civil. A CESE teve participação direta e formal neste processo, representada por Eliana Rolemberg, contribuindo com a expertise técnica da instituição. O lançamento do Edital nº 01/2025/SERIN estabeleceu o certificado “Boas Práticas MROSC 2025”.

Esta iniciativa, fruto da articulação entre a Plataforma MROSC e a comissão técnica, visou identificar, valorizar e dar visibilidade a experiências inovadoras de fomento e cooperação entre a administração pública baiana e as OSCs.

A Roda de Diálogo MROSC promoveu um encontro estratégico entre a sociedade civil e órgãos governamentais de peso, como a PGE, SAEB, SERIN e SDR. O evento presencial foi essencial para sanar dúvidas legislativas, jurídicas e administrativas, integrando servidores públicos e lideranças sociais em prol de uma gestão mais eficiente.

No processo eleitoral para o mandato 2026-2029, a CESE optou por não se candidatar à reeleição. Esta decisão estratégica visou fomentar o revezamento democrático e abrir espaço para novas organizações, uma vez que a CESE integra o Conselho desde a sua fundação.

A cerimônia de posse foi marcada por momentos de grande simbolismo, tais como a homenagem especial à Sra. Eliana Rolemberg por sua contribuição histórica e papel fundamental na consolidação do Confoco-BA.

Cerimônia de posse do CONFOCO - BA



VI. GOVERNANÇA E GESTÃO



VI. GOVERNANÇA E GESTÃO

6.1 Diretoria Institucional

Iniciamos este capítulo do relatório institucional afirmando como a governança da CESE se fortalece por meio da atuação de sua Diretoria Institucional. Embora não acompanhe o cotidiano da instituição, a Diretoria Institucional exerce um papel estratégico essencial por meio de um acompanhamento próximo e interessado do trabalho da equipe executora. Essa presença se materializa em quatro reuniões anuais, realizadas de forma híbrida (virtual e presencial). Além disso, na medida das suas possibilidades e agendas, a diretoria busca participar de algumas ações promovidas pela organização, marcando presença em: seminários e debates temáticos, Tapiris, ações de incidência, Missões Ecumênicas e representações institucionais em espaços estratégicos de diálogo e articulação.



Diretoria Institucional e Conselho Fiscal



Diretoria Institucional presente no Show Música e Direitos Humanos



Tapiri na COP 30
Celebração Ecumênica e Inter-religiosa

Este acompanhamento legitima e respalda as ações promovidas pela Equipe Executiva perante a sociedade e os parceiros. Expressamos nossa profunda gratidão pelo compromisso com o fortalecimento do vínculo entre a fé e a justiça social. Da mesma forma, ressaltamos a importância fundamental do Conselho Fiscal. Seu olhar atento sobre a gestão financeira atesta a transparência, a integridade no gerenciamento e aplicação dos recursos.

Depoimentos em datas relevantes em defesa dos direitos humanos

CALENDÁRIO DE LUTAS #RACISMOÉCRIME

21 JAN

DIA NACIONAL DE COMBATE À INTOLERÂNCIA RELIGIOSA

"A intolerância religiosa é uma violação dos direitos humanos e uma ameaça à liberdade de crença. Todas as pessoas precisam ter o direito assegurado e a liberdade para praticar sua fé. Devemos valorizar a diversidade e tradições plurais que temos em nosso país. Defender a liberdade de fé e combater o racismo religioso é essencial para construção de uma sociedade mais justa, igualitária e respeitosa."

Gilvaneide José dos Santos
Aliança de Batistas do Brasil ABB

Realização:



Visita a projetos

6.2 Assembleia

A CESE realizou sua 52ª Assembleia Anual, nos dias 12 e 13 de junho de 2025. A atividade contou com a presença da atual Diretoria Institucional, do Conselho Fiscal, de representantes das Igrejas-membro e de outros organismos convidados.

A visita a comunidades apoiadas que enfrentam violações de direitos e resistem e lutam por uma vida mais digna é uma tradição nas Assembleias da CESE. Um dos seus intuitos é aproximar as igrejas da luta dos movimentos populares, além de proporcionar que essas lideranças reverberem os relatos das comunidades em suas igrejas. Em 2025, as comissões se dividiram em dois grupos para conhecer de perto iniciativas apoiadas pelo Programa de Pequenos Projetos (PPP), ambas com forte atuação na defesa do Direito à Cidade, em Salvador-BA.

Um grupo visitou a **COOPERES - Cooperativa de Reciclagem e Serviços do Estado da Bahia**, cuja missão é gerar trabalho e renda para catadoras e catadores, contribuindo com a inclusão social e a conservação ambiental a partir da gestão popular de resíduos na Bahia. Outro grupo visitou a **Rede CAMMPI - Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe** - uma articulação comunitária que reúne movimentos sociais, coletivos e grupos populares da região. Parceira histórica da CESE, a Rede é reconhecida como um espaço legitimado pela comunidade para construir e gerir sua própria agenda territorial, com atuação destacada na defesa de direitos relacionados à educação infantil, cultura, arte-educação, meio ambiente, conservação ambiental e geração de renda. Após as visitas, uma roda de diálogo trouxe reflexões e trocas entre os dois grupos sobre os projetos. No final, foi divulgada a Carta da Assembleia, que mostrou o compromisso do grupo no apoio às lutas e resistências dos projetos visitados.

O Relatório de Atividades e Institucional foi apresentado pela coordenação e aprovado, por unanimidade.

“Como reverenda da IEAB venho falar da maravilha que foi estar aqui de conhecer este projeto apoiado pela CESE. Foi uma grande emoção ver a participação das crianças na Escola Luiza Mahin, onde se vê a importância da sua história e da ancestralidade que elas trouxeram até aqui. Os projetos apoiados pela CESE trazem sempre o acesso aos direitos humanos e esse reconhecimento da importância de cada pessoa na construção da sua história e da cidadania. Deus esteja sempre iluminando as pessoas que estão na equipe da CESE para continuar sendo essa protagonista tão importante na história das nossas igrejas e da vida de tantas pessoas apoiadas.”

Revda. Dilce Regina Paiva de Oliveira/ IEAB



“Foi uma satisfação muito grande poder representar a Igreja Presbiteriana Unida em mais uma Assembleia da CESE. Levo daqui muitas experiências positivas. Visitar um projeto apoiado pela CESE foi muito importante porque a gente interage com as pessoas beneficiadas e conhece, na prática, a defesa dos direitos humanos. A CESE é uma extensão da atividade das nossas igrejas. Por tudo isso eu volto para casa muito feliz grato a Deus e com uma esperança renovada. O Ecumenismo tem uma função muito importante no nosso mundo que é levar esperança e juntos realizar essa missão”

Rev. Francisco Benedito Leite / IPU

6.3 Comitê Externo

Em 2025, a CESE implementou avanços significativos em sua governança a partir, por exemplo, da criação do **Comitê Externo**. Trata-se de uma **instância consultiva e voluntária** composta por cinco pessoas que conhecem profundamente a trajetória da organização. O Comitê atua de forma alternada em reuniões quinzenais, onde seus membros acompanham as pautas de análise e decisão dos pequenos projetos a serem apoiados pela instituição. Durante esses encontros, as pessoas integrantes do Comitê recebem a listagem das iniciativas e os pareceres técnicos emitidos pela equipe da CESE, que mantém a responsabilidade integral pelos encaminhamentos tramitados. A transparência do processo é assegurada pela geração de atas ao final de cada reunião, detalhando as decisões tomadas e contando com as assinaturas da Coordenação e do membro do Comitê presente.

6.4 PMA

No campo da gestão estratégica, a organização realizou uma revisão profunda de seu sistema de **Planejamento, Monitoramento e Avaliação - PMA**. Com o suporte de uma consultoria externa, o trabalho foi desenvolvido tanto em níveis setoriais quanto em momentos coletivos, permitindo uma visão sistêmica dos processos internos. Esse esforço resultou na sistematização de um documento final que oferece recomendações precisas para otimizar as dinâmicas de trabalho, garantindo que a avaliação dos impactos sociais seja cada vez mais precisa e integrada entre os diferentes setores da instituição.

6.5 RH

A estrutura da equipe executiva também passou por adaptações importantes após o desligamento de quatro profissionais das áreas de assessoria de projetos e comunicação. Para garantir a continuidade do planejamento institucional sem prejuízos, a CESE realizou remanejamentos internos e adotou um modelo híbrido inovador no setor de comunicação. Essa nova configuração incluiu a contratação de comunicadoras e comunicadores populares locais para a produção de conteúdo diretamente nos territórios, aproximando a narrativa institucional das realidades dos projetos apoiados e das formações realizadas.

Por fim, a CESE investiu no fortalecimento do **clima organizacional e na modernização de sua estrutura funcional**. Através da consultoria “Desacelera”, foram promovidas ações voltadas para a saúde mental e comunicação não-violenta.



Reunião de Planejamento da Equipe Executiva



VII. COMUNICAÇÃO



NOTÍCIAS
Matérias e publicações sobre a campanha

PODCAST
Escute agora: "Mulheres Negras em Marcha: construindo o bem viver"

CESE | diplomatiq[ue] | STORES DE CONTEÚDO

PROJEÇÕES
Veja por onde a campanha já passou.

bem viver nas **cidades**
EPISÓDIO #2:
gênero e raça

CESE | diplomatiq[ue] | GUILHOTINA

MULHERES DO CERRADO
DIÁLOGOS SOBRE CLIMA E SISTEMAS ALIMENTARES

CESE | diplomatiq[ue] | GUILHOTINA | SEM FOME NA PÍSCIA | IBIRAPITANGA | HKS EPER

DABUCURY
VEM AÍ O EDITAL DABUCURY 2025!
APOIO A PROJETOS DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL PARA AS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS NA AMAZÔNIA LEGAL

Realização: CESE | Apoio: FUNDO AMAZÔNIA



VII. COMUNICAÇÃO

A comunicação da CESE já, há tempos, assume seu lugar enquanto um eixo estratégico fundamental para a visibilidade das lutas sociais e o fortalecimento da incidência política da organização. Em um ano marcado por grandes mobilizações, como a COP30 e a II Marcha das Mulheres Negras, a comunicação atuou de forma integrada para ampliar vozes dos territórios e denunciar o racismo ambiental e religioso.

Para além dos números que poderão ser vistos no quadro a seguir, a estratégia de comunicação priorizou a produção de conteúdos formativos e narrativas próprias, destacando-se o uso de podcasts em parceria com o **Le Monde Diplomatique Brasil** e o **lançamento de guias práticos e webséries** voltadas à gestão de projetos.

Inovações como a **contratação de comunicadores populares locais** e a **adoção de um formato híbrido** permitiram que a CESE comunicasse de forma mais orgânica as realidades da Amazônia, do Cerrado e das periferias urbanas.

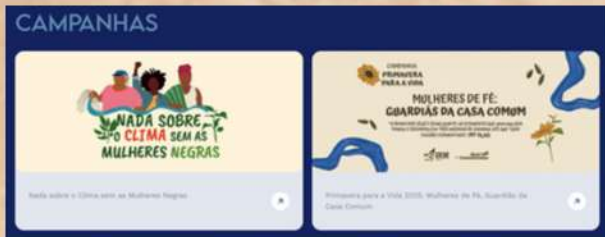
Este capítulo detalha as campanhas, parcerias e os esforços de mobilização que garantiram que as ações da CESE ecoassem com força e transparência ao longo de todo o ciclo de 2025.

A diversidade temática dos projetos apoiados, das ações desenvolvidas, dos públicos envolvidos e do calendário de lutas se reflete na ampla produção de conteúdos da CESE. Por meio do YouTube, Instagram e de ações articuladas com as redes sociais das iniciativas e organizações apoiadas, a entidade divulga registros, coberturas, campanhas e materiais de comunicação voltados à incidência, mobilização e fortalecimento das lutas sociais.



Em 2025, o **site institucional da CESE** também passou por um processo de reformulação, com foco em melhorar a experiência de navegação, ampliar a acessibilidade e garantir abertura mais rápida em dispositivos móveis.

A atualização fortalece o portal como espaço estratégico de comunicação, memória institucional e disseminação de conteúdos produzidos pela organização.



Além do novo site institucional, foi adotada a estratégia de criação de páginas específicas para projetos que possuem a comunicação como um componente específico e campanhas coletivas. Destacam-se a página do **Projeto Patak Maymu**, concebida como repositório e memória das ações desenvolvidas ao longo dos três anos de execução; o **Portal do Projeto Dabucury**, como ferramenta de transparência e comunicação do projeto; e a **página da campanha de incidência "Nada sobre o Clima sem as Mulheres Negras"**, desenvolvida no âmbito do Projeto Doar para Transformar. A campanha foi construída coletivamente com organizações de mulheres negras apoiadas pelo projeto.



7.1 INDICADORES DE COMUNICAÇÃO DIGITAL

O desempenho digital da CESE em 2025 demonstra um crescimento sólido e uma diversificação estratégica de seus canais de comunicação. No site institucional, o interesse do público concentrou-se tanto em aspectos operacionais, como o Programa de Pequenos Projetos e editais abertos, quanto em conteúdos de memória e incidência, como a seção "Quem Somos" e os podcasts. Esse comportamento reforça a importância do site como uma plataforma dupla, que atende à demanda por apoio financeiro e funciona como um repositório de autoridade institucional para quem busca conhecer os resultados das ações apoiadas.

A **estratégia de relacionamento via e-mail marketing** apresentou resultados positivos, com uma base de contatos estável e uma taxa de cancelamento mínima de 0,2%. O destaque ficou para os e-mails segmentados, que registraram as maiores taxas de abertura, indicando que a personalização do conteúdo aumenta a relevância para o público.

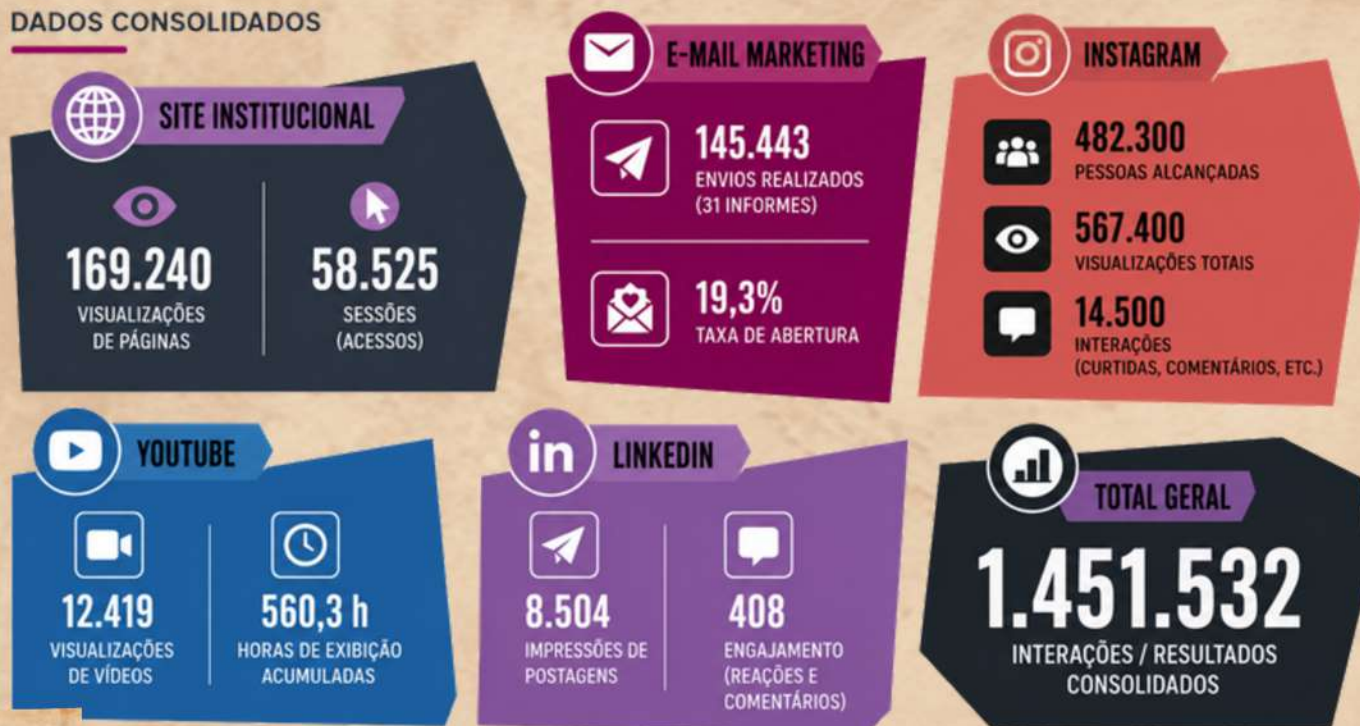
Nas **redes sociais, o Instagram consolidou-se como o canal de maior alcance** de massa, superando a marca de meio milhão de visualizações e atraindo quase 19 mil visitas ao perfil, o que evidencia a eficácia das narrativas visuais na ampliação do diálogo com públicos novos e diversificados.

Considerando o volume total de impacto, os indicadores acumulados apontam para mais de **831 mil pessoas alcançadas e 1,1 milhão de impressões totais**.

O engajamento direto, medido por meio de quase **76 mil curtidas e mais de 2 mil comentários**, sinaliza que a comunicação da CESE não apenas entrega informação, mas gera conexão e debate.

No **YouTube e no LinkedIn**, o crescimento constante de inscritos e impressões complementa essa presença digital, garantindo que as pautas de direitos humanos e as produções audiovisuais da organização circulem em diferentes ecossistemas da rede.

DADOS CONSOLIDADOS



7.2 PARCERIA COM VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO



A CESE aprofundou o diálogo com veículos da mídia independente e da imprensa, fortalecendo a circulação de narrativas produzidas nos territórios e ampliando a visibilidade das lutas, ações e experiências protagonizadas pelos grupos e organizações apoiadas.

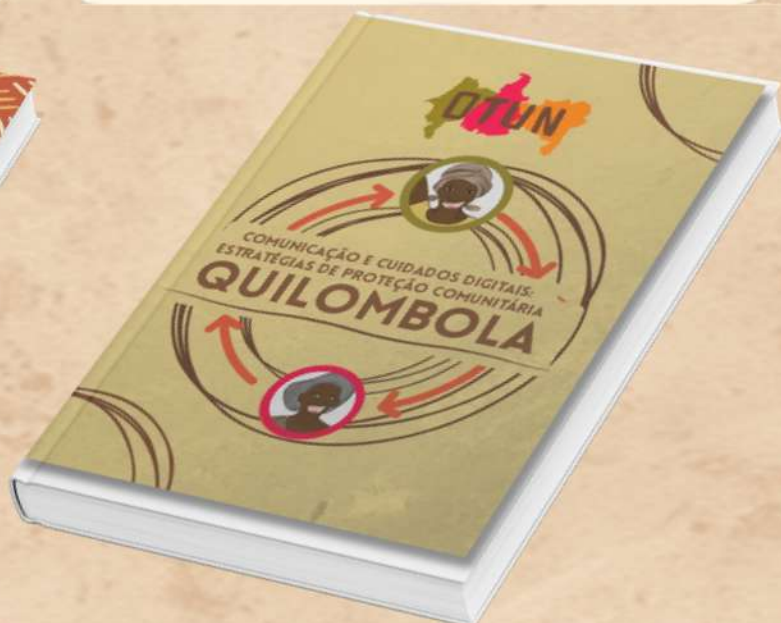


7.3 PUBLICAÇÕES E VÍDEOS

As publicações e os vídeos de projetos, campanhas e outras iniciativas da CESE produzidas durante o ano expressam a amplitude de sua atuação junto a diferentes territórios e temas. Em 2025, essa visibilidade foi ampliada: 3 das 7 publicações e vídeos lançados no ano foram apresentados na Cúpula dos Povos, no contexto da COP30. **Todas as publicações e vídeos estão no site da CESE em: <https://cese.org.br/publicacoes/> e <https://cese.org.br/videos/>**

Sistematização de diálogos sobre sistemas alimentares e antirracismo.

Comunicação e Cuidados Digitais: estratégias de proteção comunitária quilombola



Reflexões bíblicas e experiências de mulheres frente à crise climática (PPV).



Lançamento da publicação durante a Campanha Primavera para a Vida





Relatos sobre ecumenismo, território e resistência inter-religiosa.

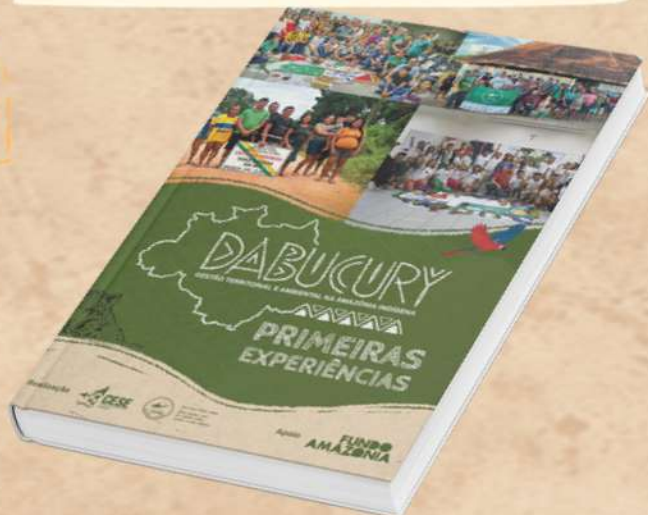


Sistematização da trajetória e conquistas das mulheres indígenas no projeto.



Relatório de sistematização dos primeiros resultados do edital na Amazônia Legal.

Manual prático para gestão administrativa e financeira de organizações indígenas.



Cobertura da II Marcha das Mulheres Negras

Websérie Gestão de Projetos Dabucury

10 anos da Aliança Virando o Jogo



Show "Música e Direitos Humanos"



VIII. MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS



VIII. MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS

A sustentabilidade financeira e a mobilização de recursos da CESE em 2025 foram impulsionadas por iniciativas de grande alcance público e parcerias estratégicas sólidas. Um dos marcos do ano foi a realização da **5ª edição do show "Música & Direitos Humanos"**, que reuniu a cantora e compositora carioca Marisa Monte e a Orquestra Afrosinfônica da Bahia, na Concha Acústica do complexo Teatro Castro Alves, em Salvador. O vídeo do Show está disponível em <https://cese.org.br/videos/>.

Com 5000 ingressos esgotados, o evento cumpriu sua missão solidária ao reverter integralmente a renda arrecadada para o Programa de Pequenos Projetos, fortalecendo a capacidade da organização de apoiar projetos populares. Como estratégia de fortalecimento do relacionamento com o público do show, a CESE também mantém o envio de informes mensais, - por email - compartilhando ações, campanhas e projetos apoiados pela organização. A iniciativa busca manter um diálogo contínuo com as pessoas participantes, aproximando-as das lutas e territórios apoiados e incentivando a continuidade das doações.



No campo da cooperação institucional e internacional, a CESE garantiu a continuidade de apoios históricos com a renovação dos contratos trienais das agências Pão para o Mundo e Misereor. Além de assegurar a estabilidade de projetos em curso, a organização demonstrou proatividade diante das projeções financeiras para 2026, focando na elaboração de novas propostas estratégicas. Entre os destaques estão o desenvolvimento de projetos voltados para o Fundo Amazônia, visando o fortalecimento de povos e comunidades tradicionais, e para a União Europeia, com foco no protagonismo da juventude indígena.

Por fim, a CESE tem buscado ampliar seus horizontes de financiamento ao participar de diálogos com o ecossistema de investimento social privado e filantrópico, estabelecendo diálogos com potenciais novos parceiros, visando atrair recursos do setor privado para as pautas de direitos humanos e justiça socioambiental, como é o caso do diálogo estabelecido com o FPC - Foreste, People and Climate.

Essa articulação reforça a visão da instituição de que a sustentabilidade de longo prazo depende de uma rede de parcerias plural e engajada com a transformação social, desde que esteja dentro de seus princípios éticos.



Aliança Virando o Jogo,
encontro em Uganda



Participação em encontros da
Rede Comuá e GIFE



IX. DIMENSÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA



Monitoramento semestral da Equipe Executiva



IX. DIMENSÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Neste relatório, abordaremos de forma resumida as principais contas dos demonstrativos contábeis de 2025, Balanço Patrimonial, Fluxo de Caixa e DRE com foco na sustentabilidade institucional e no cumprimento de suas obrigações legais e institucionais.

Ressaltamos que os demonstrativos contábeis detalhados, notas explicativas e relatórios de auditoria estão disponibilizados no site www.cese.org.br e que aqui buscaremos de forma não exaustiva elencar pontos relevantes do período e analisar contas de maior relevância e representatividade.

Para o manejo adequado dos recursos e como prática de transparência, anualmente é realizada uma auditoria institucional, e de acordo com os contratos de parcerias estabelecidos com instituições apoiadoras financeiras, realizam-se também auditorias de projetos, que respondem a um calendário determinado previamente em cada contrato de parceria.

Em 2025 foram um total de 7 (sete) auditorias específicas de projetos. Para isso, conta-se com escritórios de contabilidade e/ou auditores independentes, credenciados para realização dos trabalhos. Como prática de transparência, institucional, tanto o relatório de auditoria, como o parecer e as demonstrações contábeis estão disponibilizados no site da CESE.

No aspecto financeiro, o destaque foi o resultado positivo do período, impulsionado pelo encerramento de projetos neste exercício que possuíam forte componente de sustento institucional.

Com o encerramento desses projetos, foi possível reconhecer receitas suficientes para cobrir integralmente as despesas institucionais. Com as despesas totalmente financiadas pelos projetos, toda a receita local gerada pôde ser convertida em resultado positivo do período. O superávit é muito importante porque garante sustentabilidade, continuidade dos projetos, credibilidade e maior capacidade de impacto social.

No caso concreto, esse resultado é fundamental não apenas para o cenário futuro, no qual quatro projetos significativos foram concluídos em 2025, impactando diretamente a receita de 2026, mas também porque atende a um objetivo específico do projeto Build da Fundação Ford, que visa o fortalecimento institucional e a sustentabilidade financeira.



DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – RESUMO



ANEXO – RESULTADO FINAL SALDO LIQ. DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	5.120.931,08
SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM 31/12/2025	29.300.244,40
SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM 31/12/2024	24.179.313,32
VARIAÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	5.120.931,08

A variação positiva de caixa é um indicador financeiro que revela um aumento no saldo de caixa durante um determinado período. Isso significa que as entradas foram maiores do que as saídas, resultando em uma maior disponibilidade de recursos líquidos.

Essa condição costuma ser um indicador de saúde financeira pois demonstra a capacidade de manutenção das operações e de realizar investimentos e está detalhada nas demonstrações completas.

A diferença positiva apurada para o exercício de 2025 é ocasionada principalmente pelo recebimento da parcela referente ao Segundo ano do projeto com o BNDES- Dabucury, bem como de Receitas antecipadas de projetos que serão executados em 2026.

Mesmo excluindo o saldo de recursos recebidos antecipadamente e projetos pendentes, podemos afirmar que a CESE mantém um saldo de caixa proporcional às suas necessidades de médio e curto prazo. Esses recursos são vitais para um funcionamento mais dinâmico das atividades e para cobrir eventuais atrasos no recebimento de recursos. Pela dinâmica do Fundo de Apoio a Pequenos Projetos por demanda espontânea, essa liquidez de curto prazo assegura a capacidade de atender às necessidades mais imediatas dos projetos que chegam à CESE, proporcionando maior independência e rapidez nas ações

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	31.12.2025 (R\$)	PASSIVO	31.12.2025 (R\$)
ATIVO CIRCULANTE	37.357.264,13	PASSIVO CIRCULANTE	1.035.982,98
Disponível	29.300.244,40	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	604.277,98
Caixa	1.959,00	Obrigações com Empregados	505.472,32
Bancos Conta Movimento	41.164,10	Encargos Sociais a Recolher	98.805,66
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	29.257.121,30		
Direitos Realizáveis no Exercício Seguinte	1.150.594,26	Obrigações Tributárias	109.244,70
Adiantamentos a Funcionários	238.016,19	Impostos e Contribuições a Recolher	109.244,70
Contas a Receber de Parceiros	830.867,50		
Valores em Trânsito	-	Fornecedores	322.460,30
Contas a Receber de Terceiros	46.070,57	Fornecedores de Serviços	322.460,30
Adiantamentos a Fornecedores	35.640,00		
Créditos Diversos	6.906.425,47	Outras Obrigações	-
Despesas a Apropriar	4.593,97	Crédito de Terceiros	-
Despesas a Apropriar - Adiant. a Pequenos Projetos	6.901.831,50	Outras Obrigações	-
		Aluguéis antecipados a Compensar	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	8.418.835,36		
Ativo Realizável a Longo Prazo		PASSIVO NÃO CIRCULANTE	28.573.645,77
Investimentos	883.212,83	Receita Diferida	28.573.645,77
Aplicação Financeira - Longo Prazo	883.212,83	Receitas Recebidas Antecipadamente	28.573.645,77
Crédito Em Processos Judiciais/ Fiscais	139.207,06		
Crédito a Receber Processo Pis Folha 2011-2016	139.207,06		
Outros Valores a Receber	1.860,00		
Aluguéis a Receber	1.860,00		
Imobilizado	7.380.049,88	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16.166.470,74
Bens e Direitos em Uso	9.642.291,99	Patrimônio Social	9.742.640,79
(-) Depreciação Acumulada	(2.794.042,34)	Fundo Especiais	4.083.816,90
Bens e Direitos em Uso (Restrito)	569.416,70		
(-) Depreciação Acumulada (Restrito)	(37.616,47)		
Bens em Mãos de Terceiros	5.000,00		
(-) Depreciação Acumulada	(5.000,00)		
Investimentos	171,05		
Obras de Arte	171,05		
Ações Telemar (Linhas Telefônicas)	-		
Intangível	14.334,54		
Marcas, Direitos e Patentes	9.424,42		
Programas de Informática	86.717,02		
(-) Amortização Acumulada	(81.806,90)		
TOTAL DO ATIVO	45.776.099,49	TOTAL DO PASSIVO	45.776.099,49

ATIVO

Pela análise do balanço, é possível constatar que 64% da composição do Ativo está nas contas de Disponibilidades, o que significa uma alta capacidade de solvência de médio e curto prazo. Outros 15% estão registrados na conta de Adiantamento a Projetos, que representam todo o recurso repassado aos Pequenos Projetos, mas que ainda estão pendentes de recebimento de prestação de contas ou de análise. Na medida que forem prestadas contas, serão compensadas na conta de Receitas Diferidas de acordo com o financiador.

Conforme normas estabelecidas pelos financiadores e objetivando um melhor controle interno, os valores repassados aos projetos apoiados pela CESE só devem ser reconhecidos no resultado mediante a efetiva prestação de contas, alocados em contas de adiantamento especificadas por financiador. Em 31/12/2025 a CESE possuía um saldo de adiantamentos a Pequenos Projetos totalizando R\$ 6.901.831,50.

A CESE ainda tem a receber um valor total de R\$ 830.867,5 que correspondem a créditos com projetos parceiros a serem recebidos pela instituição até o término do exercício seguinte, reconhecidos pelo regime de Competência e até 31/12/2025 não realizados.

PASSIVO

Os valores relativos às obrigações sociais e trabalhistas, apresentados no passivo circulante totalizam R\$ 1.035.982 sendo composto por Provisões de Férias com seus encargos sociais incidentes no valor total de R\$ 505.472 e os valores das obrigações decorrentes de encargos sociais no total de R\$ 98.805 a recolher, incorridos no final do período findo em 31 de dezembro de 2025. A conta de fornecedores apresenta o saldo a pagar no curto prazo de R\$ 322.460 que se referem a compromissos de curto prazo, com liquidação prevista para as competências subsequentes. Ressalta-se que do saldo total pendente, R\$ 242.570,37 refere-se a obra estrutural do auditório contratada junto a empresa A.A.J Construtora Ltda e provisionada.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de receitas diferidas totalizava R\$28.573.645,77, representando valores ainda não apropriados ao resultado, por dependerem da efetiva prestação de serviços ou cumprimento das etapas dos projetos financiados.

O destaque vai para o projeto financiado pelo BNDES Dabucury / Fundo Amazônia, que representa 82,50% dos recursos diferidos da instituição, sendo, portanto, o principal compromisso financeiro da instituição com relação aos recursos ainda não realizados, evidenciando sua importância estratégica e financeira para a CESE no exercício de 2025 e também para o exercício seguinte.



DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO PERÍODO (DRP)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE		31.12.2025
RECEITA OPERACIONAL		21.281.763,08
RECEITA DE DOAÇÕES		18.959.856,03
INTERNACIONAIS		13.426.750,42
Agências de Cooperação		13.426.750,42
NACIONAIS		5.533.105,61
Contribuições de Igrejas Membros		3.024,00
Doações de Outras Entidades		5.514.999,61
Doações de Bens e Materiais		15.082,00
CAMPANHAS P/CAPTAÇÃO DE RECURSOS		943.936,97
Campanhas de Doações		51.936,97
Campanhas de Eventos		892.000,00
RECEITAS DE ALUGUÉIS PRÓPRIOS		64.712,60
Aluguéis de Imóveis		64.712,60
RECEITA FINANCEIRA		1.313.257,48
Rendimentos de Aplicações Financeiras		1.295.805,47
Receitas de Atualizações		17.452,01
RECEITA VOLUNTÁRIA		-
Receita de Doação de Serviço Voluntário		-
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		(18.941.750,03)
Gestão e Fortalecimento Institucional		-
Serviço de Apoio a Projetos		(6.269.134,59)
Formação / Serv. de Asses. Desenv		(649.788,17)
Diálogo e Articulação		(1.005.508,67)
Incidência Política		(38.985,25)
Comunicação Estratégica		(1.032.468,69)
Apoio Emergenciais		-
Gestão de Projetos		(2.595.073,99)
Pessoal de Projetos		(6.934.355,11)
PMA - Planej. Monit e Avaliação		(416.435,56)
RESULTADO OPERACIONAL		2.340.013,05
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO PERÍODO		2.340.013,05



Foram apropriados na receita do exercício de 2025 o montante de R\$ 18,9 Milhões, sendo 63% proveniente de parcerias internacionais e 36,9% nacionais.

O resultado do exercício foi impactado de forma relevante por eventos de natureza não recorrente relacionados ao encerramento de quatro projetos estratégicos, cujas estruturas contemplavam componentes específicos de fortalecimento institucional: Clua OTUN, Ford Build 2, União Europeia e Gansos Selvagens Virando o Jogo.

No âmbito da execução desses projetos, parcela significativa das despesas institucionais da entidade — que, em condições ordinárias, seriam suportadas por recursos próprios — foi financiada com recursos vinculados aos respectivos projetos. Tal circunstância resultou em redução relevante das despesas operacionais absorvidas por recursos livres, produzindo efeito positivo no resultado do exercício.

Adicionalmente, o resultado do exercício também foi impactado pela realização da 5ª edição do evento Música e Direitos Humanos, iniciativa de caráter eventual promovida com o objetivo de captar e mobilizar recursos destinados ao apoio de projetos de assistência social desenvolvidos pela entidade. As receitas líquidas geradas pelo evento contribuíram positivamente para a formação do superávit do período.

O superávit apurado no período apresenta elevada relevância para a sustentabilidade institucional da entidade nos exercícios subsequentes, especialmente considerando o encerramento desses projetos e o tempo necessário para novas captações, além de:

- Assegurar a sustentabilidade econômico-financeira da entidade visto que recursos para despesas institucionais estão cada vez mais restritos;
- Mitigar riscos decorrentes de oscilações no fluxo de receitas diante do encerramento de vários projetos em 2025;
- Viabilizar a continuidade, manutenção e expansão das atividades institucionais;
- Suportar investimentos estratégicos e necessidades operacionais futuras.



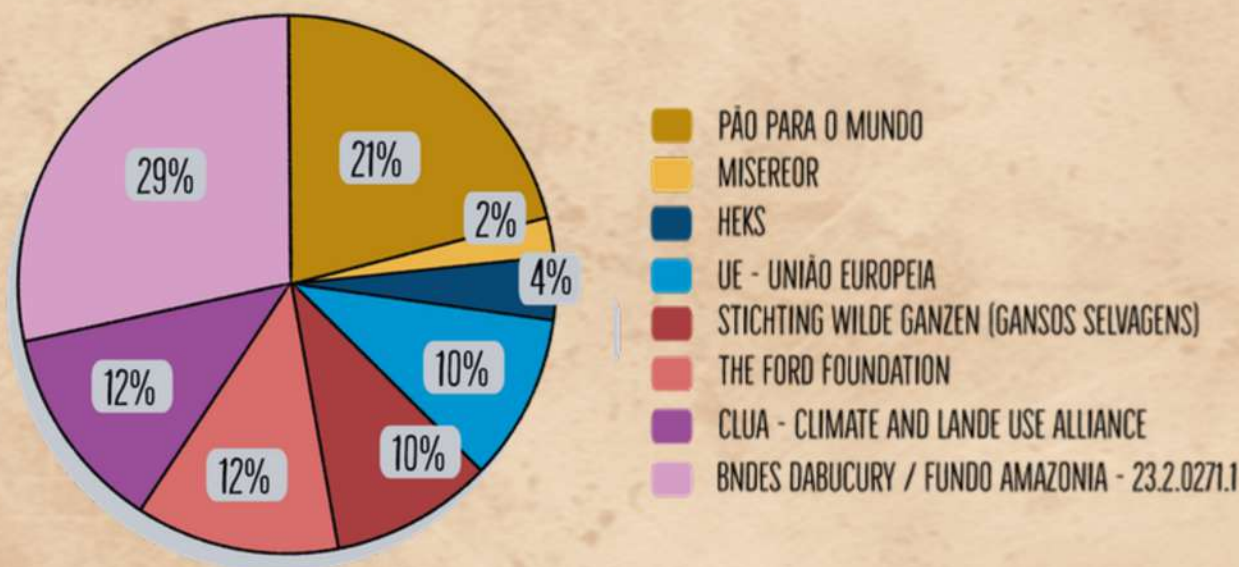
PRINCIPAIS FONTES DE FINANCIAMENTO EM 2025

O gráfico abaixo mostra a participação dos financiadores na execução do orçamento geral da CESE. Os projetos mais representativos atualmente são: Pão para o Mundo, com 21%, e o BNDES - DABUCUY, com 29%. Além destes, mais quatro projetos têm participação entre 10% e 12% do orçamento geral.

Importante destacar que esses quatro projetos, que contribuíam entre 10% e 12%, foram encerrados em 2025, o que representa uma perda significativa de receitas para 2026.

Esse cenário exige atenção estratégica para compensar essa redução no orçamento futuro.

PRINCIPAIS FONTES DE FINANCIAMENTO



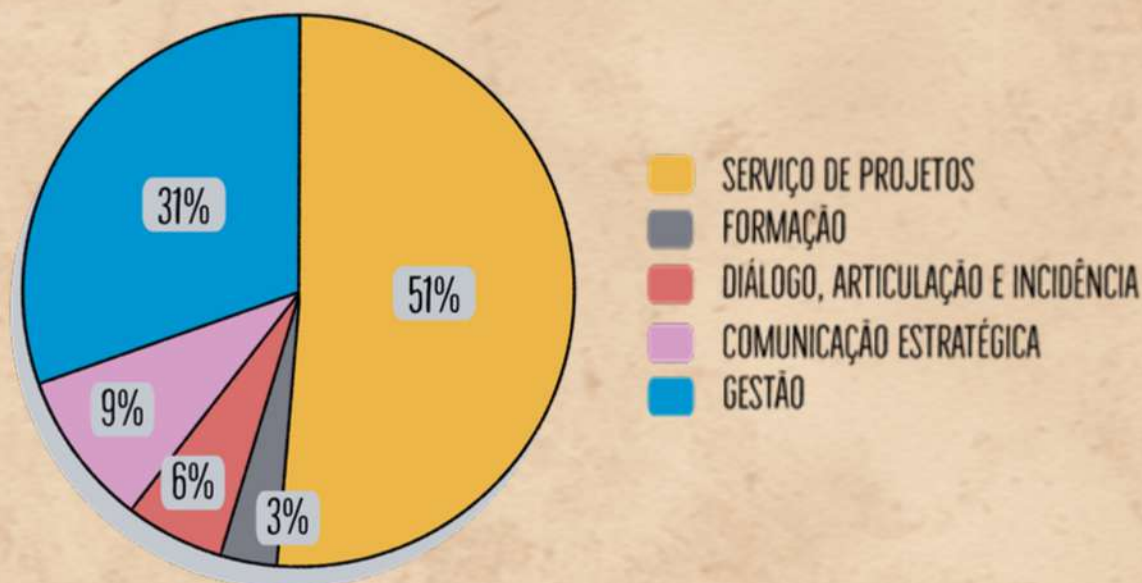
Ressaltamos que outros parceiros, como DKA, ICS - Instituto Clima e Sociedade, GFCF e Instituto Ibirapitanga, não representaram 1% e, para efeito apenas demonstrativo, não aparecem no gráfico acima.

Outro destaque do ano foi a capacidade de mobilização de recursos locais com a 5ª edição do evento Música e Direitos Humanos, iniciativa de caráter eventual promovida com o objetivo de captar e mobilizar recursos destinados ao apoio de projetos desenvolvidos pela CESE. As receitas líquidas geradas pelo evento contribuíram positivamente para a formação do superávit do período.



APLICAÇÃO DOS RECURSOS

APLICAÇÃO DOS RECURSOS



Foram aplicados cerca de R\$ 3,4 milhões em projetos do Fundo de Pequenos Projetos e R\$ 5,8 milhões vinculados ao Projeto BNDES - Dabucury.

Além do investimento no apoio a projetos, houve investimentos de mais de R\$ 600 mil em formações para grupos, mais de R\$ 1 milhão em diálogo e articulação e R\$ 1,7 milhão em comunicação estratégica.

No campo da gestão, os investimentos estiveram concentrados nas equipes, nas reuniões de conselhos e câmaras técnicas, além de investimentos em melhoria de processos e compliance.

Esses valores refletem os investimentos realizados nas respectivas iniciativas, evidenciando a alocação de recursos conforme as prioridades definidas, e reforçam o compromisso com o fortalecimento institucional e o aprimoramento das áreas estratégicas.

X. PERSPECTIVAS PARA 2026



X. PERSPECTIVAS PARA 2026

Para o ciclo de 2026, a CESE estabelece um horizonte estratégico de fôlego com a elaboração do novo Projeto Político Institucional e Operacional. Este processo será fundamentado no "Encontro CESE e Movimentos Sociais", que foi realizado em março de 2026, enquanto este relatório estava sendo elaborado.

O Encontro CESE e Movimentos Sociais é um espaço vital de escuta ativa e alinhamento que visa sintonizar as políticas da organização com as demandas reais das bases. O foco central será o fortalecimento das articulações do campo democrático e popular, reafirmando o papel da instituição na defesa e afirmação de direitos em um cenário de grandes desafios sistêmicos.

O panorama dos próximos seis meses é marcado por uma conjuntura política complexa, caracterizada pela ascensão de forças conservadoras e de extrema direita que ameaçam conquistas democráticas históricas. Somado à insegurança no cenário mundial e latino-americano, o ano de 2026 traz o desafio adicional da disputa eleitoral brasileira no segundo semestre. Este contexto exigirá um esforço redobrado do campo progressista para sensibilizar e garantir um Congresso Nacional que esteja aberto às pautas e reivindicações dos movimentos sociais, especialmente diante da aprovação do PL nº 2.159/2021, que altera o regime de licenciamento ambiental e sinaliza um potencial aumento de conflitos territoriais.

No âmbito financeiro, a CESE expressa preocupação com a redução dos recursos provenientes da cooperação internacional, afetando áreas sensíveis como a defesa do Cerrado, o combate às desigualdades de gênero e o enfrentamento ao racismo. A essa retração soma-se a diminuição do orçamento público destinado a políticas sociais, o que amplia a responsabilidade da organização na busca por alternativas de sustentabilidade para as lutas populares.

Apesar dos obstáculos, a CESE reafirma sua autonomia e firmeza nas ações de resistência.

O protagonismo de mulheres e juventudes continuará sendo o motor das iniciativas voltadas à garantia de direitos fundamentais. A organização segue priorizando a defesa da democracia, o diálogo ecumênico e inter-religioso, o acesso à terra, ao território e à água, além de fomentar a segurança alimentar, a agroecologia e as experiências produtivas de Povos e Comunidades Tradicionais. O enfrentamento às mudanças climáticas e o combate incansável ao racismo e ao sexismo permanecem como pilares inegociáveis para a construção de uma sociedade mais justa no próximo período.



XI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória da CESE em 2025 demonstra sua resiliência, bem como das organizações populares diante de uma conjuntura adversa, caracterizada pela redução de recursos da cooperação internacional e pelo aumento da violência política e socioambiental. Apesar desses obstáculos, os resultados quantitativos e qualitativos — como o apoio a centenas de projetos e o alcance de milhares de beneficiários — reforçam a eficácia da metodologia de pequenos projetos e da formação política continuada, enraizadas nos princípios do ecumenismo e das lutas por direitos humanos.

Para o horizonte de 2026, a organização projeta um ano de intensa mobilização, que internamente está focada no Planejamento Quadrienal e na preparação para o cenário eleitoral, buscando garantir que as pautas de reforma agrária, demarcação de terras e justiça racial permaneçam no centro do debate público.

A CESE reafirma sua autonomia e compromisso em fortalecer o protagonismo de mulheres, jovens e povos tradicionais, mantendo-se firme na construção de alternativas para o "Bem Viver" e na salvaguarda da Casa Comum. A continuidade da luta pela titulação quilombola e pela proteção da Amazônia e do Cerrado seguirá como eixo inegociável da estratégia institucional para o próximo período.

A EQUIPE CESE AGRADECE O APOIO POLÍTICO E FINANCEIRO DAS IGREJAS, ORGANIZAÇÕES E DA REDE DE AMIGOS E AMIGAS QUE CONTRIBUÍRAM PARA CONTINUARMOS CUMPRINDO NOSSA MISSÃO!

Brot
für die Welt

**WILDE
GANZEN**
FOUNDATION



**HEKS
EPER**
Bread for all

IBIRAPITANGA

misereor
GEMEINSAM GLOBAL GERECHT

**Ford
Foundation**

ORA Assistê
Educação, Trabalho e Emprego

**FUNDO
AMAZONIA**

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2025

Referências Institucionais:

Sonia Gomes Mota
Antônio Dimas Galvão
Daniel Musse
Marcella Gomez
Patrícia Gordano

Fotografias:

Acervo CESE

Ilustração:

Gabrielle Sobré

Diagramação:

Patrícia Gordano

Sistematização e texto:

Reinvento Criatividade em Gestão Social

Consultora responsável:

Luciana Pinto

Organização de dados:

Alice Mota



Conheça a CESE através do nosso site e das nossas redes sociais
site: www.cese.org.br / redes sociais: @cesedireitos



CESE

